



Informe Anual
Desempenho Econômico-financeiro 2015

ceg

gasNatural
fenosa 



Manolo Quejido.
Baab.
1999.
240 x 200 cm.
Óleo sobre tela.
Museu de Arte
Contemporânea
da Gas Natural Fenosa.



Este informe reproduz obras de arte pertencentes à coleção do *Museo de Arte Contemporáneo* (MAC - Museu de Arte Contemporânea) da Gas Natural Fenosa. Acesse o site, escaneando este código QR com o seu dispositivo móvel.





Informe Anual 2015

Sumário

Carta do Presidente do Conselho de Administração – Ceg 06

Mensagem do Presidente e do Country Manager 08

MODELO DE NEGÓCIO E CRIAÇÃO DE VALOR

Cenários macroeconômico e energético 12

Gas Natural Fenosa apresenta trajetória de crescimento sólido e sustentável no Brasil 14

Destaques e prêmios recebidos em 2016 14

Evolução da atividade da Ceg 16

RESULTADO OPERACIONAL

Atividade comercial 22

Vendas de gás

Vendas convencionais

Vendas para geração elétrica

Contratos de fornecimento de gás

Revisão de Tarifas para o Quinquênio 2013-2017

Serviço a Clientes 27

Busca constante pela excelência no atendimento

Gestão Jurídica 29

Atividade técnica e operações 30

Meio Ambiente

Segurança

RESULTADOS FINANCEIROS

Recursos investidos 36

Sumário financeiro 37

Resultado financeiro

Remuneração aos acionistas 39

Financiamentos 40

Panorama tributário 40

VALOR GERADO PARA A SOCIEDADE

Responsabilidade Social Corporativa 44

Relacionamento com a sociedade 48

Acionistas 50

Audidores independentes 50

A ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração 54

Comitê de Direção 54

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO 60



Este informe reproduz obras de arte pertencentes à coleção do *Museo de Arte Contemporáneo* (MAC - Museu de Arte Contemporânea) da Gas Natural Fenosa. Acesse o site, escaneando este código QR com o seu dispositivo móvel.



Carta do Presidente do Conselho de Administração – Ceg

Senhores,

É com satisfação que apresento esse relatório anual. Ele marca uma conquista importante. Mais uma vez, a Gas Natural Fenosa atingiu os objetivos do seu Plano Estratégico 2013/2015, e encerrou o período com lucro líquido de 1.502 milhões de euros, 2,7% a mais que 2014, incrementando seu Ebitda consolidado em até 5.376 milhões de euros.

Seguindo uma tendência já verificada nos últimos anos, contribuiu para o resultado positivo de 2015 a expansão das operações na América Latina, onde o Ebitda da atividade de distribuição de gás alcançou 637 milhões, com um aumento de 5,3% com relação a

2014. Por países, destacou-se o Ebitda registrado no Brasil, de 263 milhões de euros, que representa 41,3% do total.

Mesmo diante da crise econômica e política que atingiu o Brasil, com consequente desvalorização da moeda, o país conseguiu um bom resultado em 2015, firmando-se como um dos pilares que sustentam a trajetória cada vez mais positiva dos negócios da Gas Natural Fenosa na América Latina.

O desenvolvimento dos negócios brasileiros no período foi bastante positivo, sendo que a Ceg contribuiu fortemente para

esse resultado. Mesmo com a redução do mercado industrial, o Ebitda e o lucro bruto da companhia se mantiveram estáveis e as receitas líquidas tiveram aumento de 6%, chegando a R\$ 3.728.091 mil.

Esse resultado foi alavancado pelo aumento na base de clientes, principalmente nos segmentos residencial e comercial, que tiveram crescimento de 3,6% e 4,8% respectivamente. Contou favoravelmente a política de diversificação de mercados e os constantes investimentos na captação de novos clientes em cada um dos segmentos contou favoravelmente para o crescimento da companhia no cenário de crise que marcou 2015.

Caminhando no sentido contrário das dificuldades econômicas surgidas com a crise, a Ceg aumentou em 16,7% o valor investido em 2015, chegando ao total de R\$ 266.915mil. Se considerarmos o período desde sua privatização, em 1997, até o fechamento de 2015, o total do investimento da Ceg, é de R\$ 2.932,6 milhões, incluindo-se aportes operacionais e custo de aquisição.

Quase a metade do total de investimentos da companhia em 2015 foi direcionada para conversão e a renovação de redes, com a realização de ações técnicas que ampliaram e otimizaram o fornecimento de gás na região metropolitana do Rio de Janeiro. Importantes projetos foram concluídos, como o gasoduto que reforça o anel metropolitano do Rio de Janeiro.

Toda essa atividade foi desenvolvida em um ambiente de trabalho seguro. Seguindo a diretriz da Gas Natural Fenosa, a Ceg, assim como as demais empresas do grupo no Brasil, trabalham de forma a garantir que a segurança seja uma prioridade e que todos os seus princípios éticos, ambientais e sociais se estendam a toda sua cadeia de valor.

Um exemplo disso é a continuidade do Plano Compromisso com a Segurança e Saúde, que visa uma mudança qualitativa na cultura da segurança na empresa, com ações voltadas também para prestadoras de serviço. Com isso, vamos apoiando o desenvolvimento humano das pessoas em nosso entorno e

colaborando com sua formação. O reconhecimento a esse esforço pode ser conferido pela manutenção do certificado EFR (empresa familiarmente responsável), que nos reconhece como líderes na qualidade de emprego, flexibilidade e estímulo à vida social dos colaboradores.

A Ceg tem trabalhado para estar cada vez mais próxima das pessoas, especialmente de seus clientes. Obteve índices muitos satisfatórios no atendimento ao cliente e para essa conquista contou muito o apoio da página da companhia no Facebook. Em dezembro de 2015, a página tinha mais de 1 milhão de seguidores, número dificilmente alcançado pelas grandes empresas do país.

Atuando em sintonia com as demandas do seu entorno, a Ceg esteve presente em diversos projetos de caráter social e cultural, como por exemplo o premiado projeto *Dias Novos Virão*, já visto por cerca de 50 mil alunos. A Companhia também deu seu apoio a projetos tipicamente cariocas como o *Rio Bom de Mesa* e *Rio Gastronomia 2015*.

Por ter conseguido manter o ritmo de desenvolvimento de sua atividade em um ambiente econômico e político bastante instável, o desempenho da Ceg em 2015 vem reforçar sua posição de destaque entre as empresas da Gas Natural Fenosa. Esse reconhecimento está diretamente ligado à capacidade e valor profissional de toda a sua equipe, a quem eu agradeço o empenho e a dedicação.

Gostaria também de fazer um agradecimento especial a nossos acionistas, clientes e colaboradores, por toda a confiança e incentivo; e ao Governo do Estado do Rio, pelo apoio recebido.

Muito obrigado.

Sergio Aranda
Presidente do Conselho de Administração



Mensagem do Presidente e do Country Manager

Senhores,

O ano de 2015 não foi nada fácil e certamente ficará na história. Transformações importantes aconteceram na sociedade brasileira, nas instituições e nas empresas. E foi nesse entorno desafiador que a Ceg conseguiu mais uma vez se superar e encerrar o ano com desempenho positivo.

Ao longo do ano, a Companhia captou 45.233 novos clientes nos 18 municípios nos quais está presente, sendo a maior parte do segmento residencial. Considerando as baixas registradas no período, a Ceg contabilizou um incremento líquido de 30.665 novos clientes, 24,3% a mais do que o alcançado em 2014.

Com isso, já são mais de 873.585 consumidores utilizando o gás canalizado, o que representa mais de 30% dos imóveis existentes na área de concessão da Ceg. Um resultado muito expressivo se considerarmos a realidade nacional, no qual apenas 3% dos imóveis são abastecidos por gás canalizado.

Por outro lado, o ambiente econômico desfavorável e a queda na atividade industrial registrada no período, provocaram uma pequena retração nas vendas de gás. Ao longo do exercício, o volume de gás comercializado em todos os mercados foi de 14.4 milhões de m³/dia, 2,8% abaixo do que foi verificado em 2014. Apesar disso, a empresa manteve sua crença no desenvolvimento do mercado de gás. Ao longo do ano foram investidos R\$ 267 milhões – 16,7% a mais do que o realizado no exercício anterior. Grande parte foi aplicada em importantes obras de infraestrutura que viabilizaram não só a captação de novos clientes, como também a garantia da ampliação da oferta de gás natural na cidade do Rio de Janeiro. Dentre as obras realizadas, destaca-se a conclusão da construção do gasoduto Presidente Kennedy de 20,4 km de extensão e do gasoduto Reforço Campo Grande, com 6,6 km.

Essa ampliação da oferta de gás na cidade foi fundamental para suprir a demanda de consumo de gás projetada para o período das Olimpíadas de 2016. A Ceg será fornecedora oficial dos jogos e abastecerá não só a Pira Olímpica como também 80 hotéis, seis piscinas, além da Vila dos Atletas e do Parque Olímpico. Para nós, esse é um motivo de orgulho e que mais uma vez demonstra a participação da Ceg nos grandes acontecimentos da cidade, reafirmando sua vocação de empresa genuinamente carioca, sempre presente nos momentos mais marcantes da trajetória do Rio.

E foi dentro desse espírito que continuamos investindo fortemente na segurança de toda a rede de gás da cidade do Rio. Foram modernizados mais de 44 mil metros de redes e substituídos 2.007 ramais, garantindo toda a confiabilidade do sistema de distribuição de gás.

E nossa contribuição não se restringiu apenas a nossa atividade operacional. A Ceg manteve seu apoio à Educação e à Cultura por meio de seu programa de patrocínios. Dentre essas iniciativas, destaca-se o projeto Dias Novos Virão, vencedor na categoria Comunicação de Programas, Projetos e Ações Culturais do prêmio Aberje 2015. Por meio dessa projeto, que recebe apoio desde 2010, a Ceg levou uma peça de teatro sobre meio ambiente e uso seguro do gás para 220 escolas no ano passado.

Foi, enfim, um ano de muitos desafios, mas também de muitas realizações. Estamos confiantes de que o caminho é esse. Crescer com segurança e sustentabilidade, preceitos básicos da Gas Natural Fenosa – multinacional que desde 1997 está a frente da gestão operacional da Ceg.

Os resultados aqui apresentados são fruto da confiança de nossos clientes, da colaboração dos nossos acionistas, da parceria determinante do Governo do Estado do Rio de Janeiro mas, especialmente, do empenho e dedicação de toda a equipe da Ceg, que fez tudo isso acontecer. A todos vocês, os nossos sinceros agradecimentos.

Bruno Armbrust
Presidente da
Gas Natural Fenosa Brasil

Antoni Almela
Country Manager da
Gas Natural Fenosa Brasil

Modelo de Negócio e Criação de Valor

Cenários macroeconômico e energético 12

Gas Natural Fenosa apresenta trajetória de crescimento sólido e sustentável no Brasil 14

Atuação no mercado não regulado

Destaques e prêmios recebidos em 2016 16

Evolução da atividade da Ceg 18



Fernando Babio.
Paisagem na neblina 2
(*Paisaje en la niebla 2*).
1978.
38 x 47 cm.
Óleo sobre tela.
Museu de Arte
Contemporânea (MAC)
da Gas Natural Fenosa.



Cenário macroeconômico e energético

O ano de 2015 transcorreu em um cenário desafiador para o Brasil e demais países da América Latina. A queda da demanda internacional de *commodities* afetou as rendas dessas economias, pressionando principalmente as atividades exportadoras e as contas fiscais. Isso provocou uma depreciação generalizada da cotação das moedas, um fluxo de saída de capitais e um encarecimento do custo da dívida.

No continente asiático, a matriz econômica da China, principal demandante das *commodities* exportadas pelo Brasil, passou por mudanças significativas, deixando de priorizar investimentos em infraestrutura e aumentando sua dependência do consumo doméstico. Essa reconfiguração levou a uma desaceleração do crescimento da economia do país, com previsões de se estabilizar em patamares próximos a 6% – a metade do ritmo de dez anos atrás. Além disso, a recuperação da economia norte-americana, que ocasionou a primeira elevação de juros básicos após dez anos pelo *Federal Reserve*, refletiu em uma elevação do custo da dívida para economias emergentes como o Brasil.

Nesse contexto as exportações e os investimentos públicos e privados de países produtores de *commodities* da América Latina sofreram uma retração com impacto na atividade econômica.



Dessa forma, o governo brasileiro adotou uma política visando à contenção do *déficit* fiscal e manteve o ritmo de arrocho monetário iniciado em 2014, buscando limitar a tendência crescente da inflação, que alcançou o patamar de 10,67%, em 2015, medida pelo IPCA. Porém, o *déficit* fiscal primário em 2015 foi recorde, representando 1,88% do PIB. Diante da falta de medidas eficazes capazes de reduzir efetivamente o *déficit* fiscal, ao longo do ano as três agências internacionais qualificadoras de risco rebaixaram a nota de crédito do Brasil e tiraram o grau de investimento da dívida soberana.

Adicionalmente, a Petrobras, que tem impacto considerável na atividade econômica do país, atravessa uma crise derivada de uma antiga política de congelamento de preço da gasolina adotada pelo governo para controlar a

inflação; da queda do preço do petróleo; de um elevado grau de alavancagem e ainda das investigações judiciais por irregularidades na contratação de serviços e realização de investimentos. Esse contexto a forçou a reduzir consideravelmente seu plano de investimentos e a adotar um programa de desinvestimentos em ativos não estratégicos, causando um impacto na atividade e um estresse financeiro para a atividade industrial do país, de uma forma geral e para o ramo de construção civil, especificamente, com empresas envolvidas nas referidas investigações.

Essa conjuntura aprofundou ainda mais a recessão econômica, provocando uma queda de 3,8% no PIB do país. No setor de petróleo e gás, a atual situação da Petrobras requer que o governo faça uma revisão das políticas-chave para o desenvolvimento da

indústria, como a regulação de conteúdo local; a possível operação de terceiros no pré-sal e os desinvestimentos em áreas de gás e energia, trazendo, assim, a oportunidade de ampliar a participação de agentes privados em um setor em que a Petrobras tem mantido um monopólio.

Apesar da conjuntura adversa e em função dos investimentos de longo prazo já realizados, o pré-sal alcançou em dezembro de 2015, o patamar recorde de 1,091 Mboe/d, representando 34,4% da produção total do país, de 3,164 mm³/dia, que cresceu 2,2% frente a dezembro de 2014, segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Além disso, o pré-sal também possibilitou a superação da marca de produção de 100 mm³/dia de gás natural ao final do ano, embora praticamente a metade desse volume seja consumida na própria atividade de *upstream*. Por isso, continuou sendo fundamental a importação de gás para fornecimento ao mercado interno, com média de 32 mm³/dia importada via gasoduto Brasil-Bolívia e a regasificação de 17,94 mm³/dia de gás natural liquefeito (GNL), de acordo com o Boletim do Ministério de Minas e Energia.

Embora o preço do gás importado tenha acompanhado a queda do preço do petróleo, a depreciação do Real e o fim da política de descontos praticados pela Petrobras reverteram esse impacto. Assim, o preço médio da *commodity* praticado pela Petrobras teve, no ano, um acréscimo de 18% quando medido em Reais. Do lado da demanda, o volume consumido de gás natural experimentou uma leve queda de 1,3% em 2015,

alcançando uma média anual de 98 mm³/dia. O segmento industrial, com uma demanda média de 43 mm³/dia, recuou apenas 0,4% mostrando importante resiliência apesar da forte retração da atividade industrial no ano.

O mercado residencial/comercial teve um crescimento do 1,1%, impulsionado principalmente pela estratégia de captação de clientes por parte das principais distribuidoras do país. Assim, alcançou-se a marca de 2,8 milhões de clientes residenciais no Brasil, com um incremento no ano de quase 8%. O segmento automotivo (GNV) contraiu-se pelo sétimo ano consecutivo, com uma queda de 3,2%, em decorrência da recessão econômica.

Exatamente como em 2014, o setor de geração elétrica manteve-se como o principal segmento da demanda de gás natural, concentrando quase 50% do volume total de vendas no país. E isso apesar da queda na demanda elétrica e como consequência da estratégia do governo de manter a geração termelétrica para recuperar os níveis dos principais reservatórios do país. Vale destacar que, no mercado elétrico, a demanda de energia em 2015 foi de 464 TWh, com recuo de 2,1% frente a 2014. A principal motivação dessa retração esteve na demanda industrial, que experimentou uma queda de 5,3% no ano.

O mercado residencial/comercial teve um crescimento do 1,1%, impulsionado principalmente pela estratégia de captação de clientes por parte das principais distribuidoras do país. Assim, alcançou-se a marca de 2,8 milhões de clientes residenciais no Brasil, com um incremento no ano de quase 8%.

Gas Natural Fenosa apresenta trajetória de crescimento sólido e sustentável no Brasil

A Gas Natural Fenosa é uma multinacional líder no setor de gás e eletricidade. Presente em mais de 30 países, com 23 milhões de clientes, a empresa é a maior do mercado de distribuição de gás na Espanha, com mais de 5 milhões de clientes em mil municípios. A empresa também lidera o mercado de distribuição de gás na América Latina, estando presente em Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru.

Com mais de 170 anos de história, a empresa baseia seu negócio nos mercados regulados e liberalizados de gás e eletricidade, com uma contribuição crescente da atividade internacional. A companhia foi eleita, pelo quarto ano consecutivo, a líder mundial no setor de *utilities* de gás, segundo o índice *Dow Jones Sustainability*. Esse reconhecimento é concedido apenas a um reduzido grupo de empresas que têm excelente comportamento ambiental, social e ético.

Em seus 18 anos de atuação no Brasil, a Gas Natural Fenosa apresenta uma trajetória de crescimento sólido e sustentável. A empresa iniciou suas atividades em 1997, quando venceu o leilão de privatização do serviço de distribuição de gás e passou a operar a Ceg e a Ceg Rio, a primeira com atuação na região metropolitana do Rio de Janeiro



e a segunda no interior do estado. A Ceg é a que reúne o maior número de clientes, um total de 873.585, e está presente em 18 municípios. Já a Ceg Rio opera em 33 municípios, com um total de 55.550 clientes.

Em São Paulo, na região sul, a Gas Natural Fenosa começou suas atividades no ano 2000. Na ocasião, tratava-se de uma área *greenfield*, onde não havia serviço de distribuição de gás. Hoje a empresa, com sede em Sorocaba, ocupa a posição de 3º maior distribuidora em número de clientes, com uma carteira de mais de 57 mil consumidores e uma rede com mais de 1,4 mil km de extensão.

Desde que começou a operar no Brasil, a Gas Natural Fenosa investiu R\$ 5,8 bilhões nas três distribuidoras de gás, sendo boa parte destinada à expansão de suas redes. As três empresas atendem juntas um total de 986.395 clientes, estão presentes em 71 municípios e operam uma rede de 7,03 mil km de extensão.

As três áreas de concessão são reguladas. No Rio de Janeiro a fiscalização é realizada pela Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio (Agensersa) e, em São Paulo, pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Artesp).

Se considerarmos a soma dos resultados financeiros alcançados pelas três distribuidoras de gás, a Gas Natural Fenosa está entre os 100 maiores grupos do Brasil.

Atuação no mercado não regulado

Com a criação da Gas Natural Serviços (GNS), também em 2000, o grupo iniciou suas atividades no mercado não regulado. A empresa comercializa soluções energéticas, cogeração, climatização, geração em ponta e compressão de gás para postos de gás natural veicular (GNV). A empresa também realiza a venda e instalação de aquecedores e oferece assistência domiciliar, inclusive por meio de planos de manutenção de equipamentos a gás e elétricos. Como diferencial de mercado, a empresa busca garantir a aplicabilidade das normativas vigentes e a preservar a segurança de seus clientes, que hoje já são cerca de 30 mil, atuando de forma a fomentar o consumo de gás. Em linha com seus objetivos estratégicos, aliados à oportunidade de mercados decorrentes da atual situação energética do país, a GNS vem ampliando, nos últimos anos, seu negócio no segmento de geração elétrica, cogeração e iluminação de LED.

A empresa Gas Natural do Brasil (GNB) também integra o grupo, tendo como finalidade participar no capital de outras empresas, prestar serviços de assessoria energética, elaborar estudos de viabilidade e de mercado, além da participação em projetos e programas de termogeração e termoeletricidade.



Destaques e prêmios recebidos em 2016

Em mais um ano, a Companhia conquistou premiações e o reconhecimento pelos seus projetos inovadores. Merecem destaque:



Prêmio Masterinstal 2015: Reforçando o projeto de Segurança e Saúde através da área de Compras, Prevenção e Serviços Gerais, a Ceg ganhou o *case* Ouro na categoria “Formação, qualificação e segurança de mão de obra na execução das instalações”, no *10º Prêmio Masterinstal de 2015*, realizado em outubro de 2015. A premiação é voltada para todas as empresas e profissionais da indústria de instalações e concessionárias de serviços envolvidas na cadeia setorial. O *case* teve como objetivo enfatizar as ações realizadas para envolver as empresas prestadoras de serviço no projeto de Segurança e Saúde.



A Ceg foi finalista do **I Prêmio GEJUR e FDJUR de Melhores Práticas de Gestão de Departamentos Jurídicos** (entre 44 concorrentes), com o *case* “Conversa com o Judiciário”, em setembro de 2015.



A Companhia recebeu o título de “**Empresa Amiga da Diversidade**”, no I Congresso Internacional e V Congresso Nacional de Direito Homoafetivo, realizado na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, no Rio de Janeiro (OAB/RJ).



A Ceg foi vencedora em duas categorias do **Prêmio Aberje**, da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial, que reconhece as melhores práticas da comunicação empresarial brasileira, com os projetos *Dias Novos Virão* e *Parceria Grandes Chefs*. Os *cases* apresentados foram os vencedores da etapa regional, na qual concorrem empresas do Espírito Santo e Rio de Janeiro.



Obteve reconhecimento e recebeu o **Prêmio Abralog** na nova categoria *Logística Urbana e Mobilidade*, na XIII edição do prêmio concedido pela Associação Brasileira de Logística. A premiação, que é considerada a mais tradicional e importante da logística brasileira, foi dada pela primeira vez à Companhia, como reconhecimento pelo *Projeto de Mobilidade dos Serviços de Balanço de Gás*.



Segundo lugar nacional no **XV Prêmio da Associação Brasileira de Telesserviços** (ABT), na categoria Campanhas Externas, a Ceg também foi condecorada por estar entre as 15 empresas do país que mais conquistaram troféus nas 15 edições do Prêmio ABT.



Vencedoras do **Prêmio Fundação COGE 2014**, na categoria Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas, com o *case* “Conciliação de Vida Profissional e Pessoal Para Retenção de Pessoas”. A premiação tem o objetivo de prestigiar e divulgar projetos e práticas bem-sucedidas implantadas por empresas do setor elétrico brasileiro. Ao todo, foram inscritos 63 projetos nesta 14ª edição do programa, dos quais apenas quatro foram vencedores.



Masterinstal



ABT



Evolução da Atividade da Ceg



Cientes captados no ano: As altas, por gestão comercial, acumuladas totalizaram 45.233 clientes, sendo 44.409 clientes residenciais, 802 comerciais, 6 industriais e 6 postos de GNV. Em razão da maior atividade comercial da Ceg, as captações foram 11% superiores ao mesmo período de 2014. No período, houve o incremento líquido (altas menos baixas) de 30.665 clientes, número 24,3% superior se comparado ao ano passado. Dessa forma, este índice aponta o bom desempenho da gestão comercial na captação de novos clientes, sendo certo que o resultado obtido é traduzido pelo número do incremento líquido de clientes.



Total de clientes: O número total de clientes da companhia em 2015 somou 873.585, havendo um aumento de 3,6% em relação a 2014, quando a Companhia encerrou o ano com 842.920 clientes. Dessa forma, apesar do cenário adverso observado em 2015, que afetou de forma mais severa o seguimento industrial, a Companhia manteve o seu ritmo de crescimento. A diversificação de seus mercados e os constantes investimentos na captação de novos clientes em cada um dos segmentos garantem à Companhia melhores condições de suportar crises que afetem mais diretamente a um determinado seguimento.



Vendas: As vendas médias diárias totais de gás natural atingiram 14.339,7 mm³/dia, apresentando uma redução de -2,8% frente a 2014, quando somaram 14.758,9 mm³/dia. Esse impacto negativo decorreu principalmente do cenário econômico desfavorável enfrentado em 2015. Com a forte desaceleração da economia e a consequente redução da atividade industrial, o consumo de energia elétrica também foi afetado. As vendas para a indústria e para as termelétricas sofreram reduções, respectivamente, de -4,1% e -3,0%. As vendas para o mercado residencial também apresentaram redução de -3,2% frente a 2014. Assim, as vendas diárias de gás para o mercado convencional – excluídas as vendas para geração elétrica – totalizaram 4.090,5 mm³/dia, apresentando queda de -2,4% em relação ao ano anterior. Apenas o seguimento comercial, que teve aumento de 0,3% das vendas, manteve-se basicamente em linha com o ano anterior. Nesse caso, vale relembrar que, principalmente para esse seguimento, as tarifas tornaram-se mais competitivas após aplicação da redução, a partir de 2014.



Investimentos: Foram investidos R\$ 266.915 mil em 2015, frente a R\$ 228.744 mil investidos no ano anterior, ou seja, um aumento de 16,7%. Quase a metade dos investimentos, no montante de R\$ 133.051 mil, foi direcionada para Conversão e Renovação de Redes, representando 49,8% do total. Os investimentos em Expansão de Redes somaram quase a totalidade do restante dos outros investimentos (R\$ 106.185 mil) que são compostos, também, em pequena parte, por Tecnologia da Informação, Frota de Veículos e Instalações (R\$ 25.679 mil). A estratégia da Companhia tem em conta a captação de clientes não só através da expansão da rede para novas localidades, mas também nas zonas já consolidadas, onde já possui clientes, e pode ampliar a prestação do serviço de distribuição de gás natural canalizado.



Resultado Operacional

Atividade comercial 22

- Vendas de gás
- Vendas convencionais
- Vendas para geração elétrica
- Contratos de fornecimento de gás
- Revisão de Tarifas para o Quinquênio 2013-2017

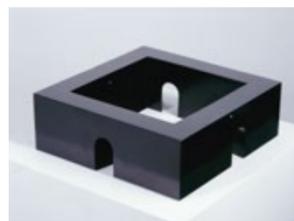
Serviço a Clientes 27

- Busca constante pela excelência no atendimento

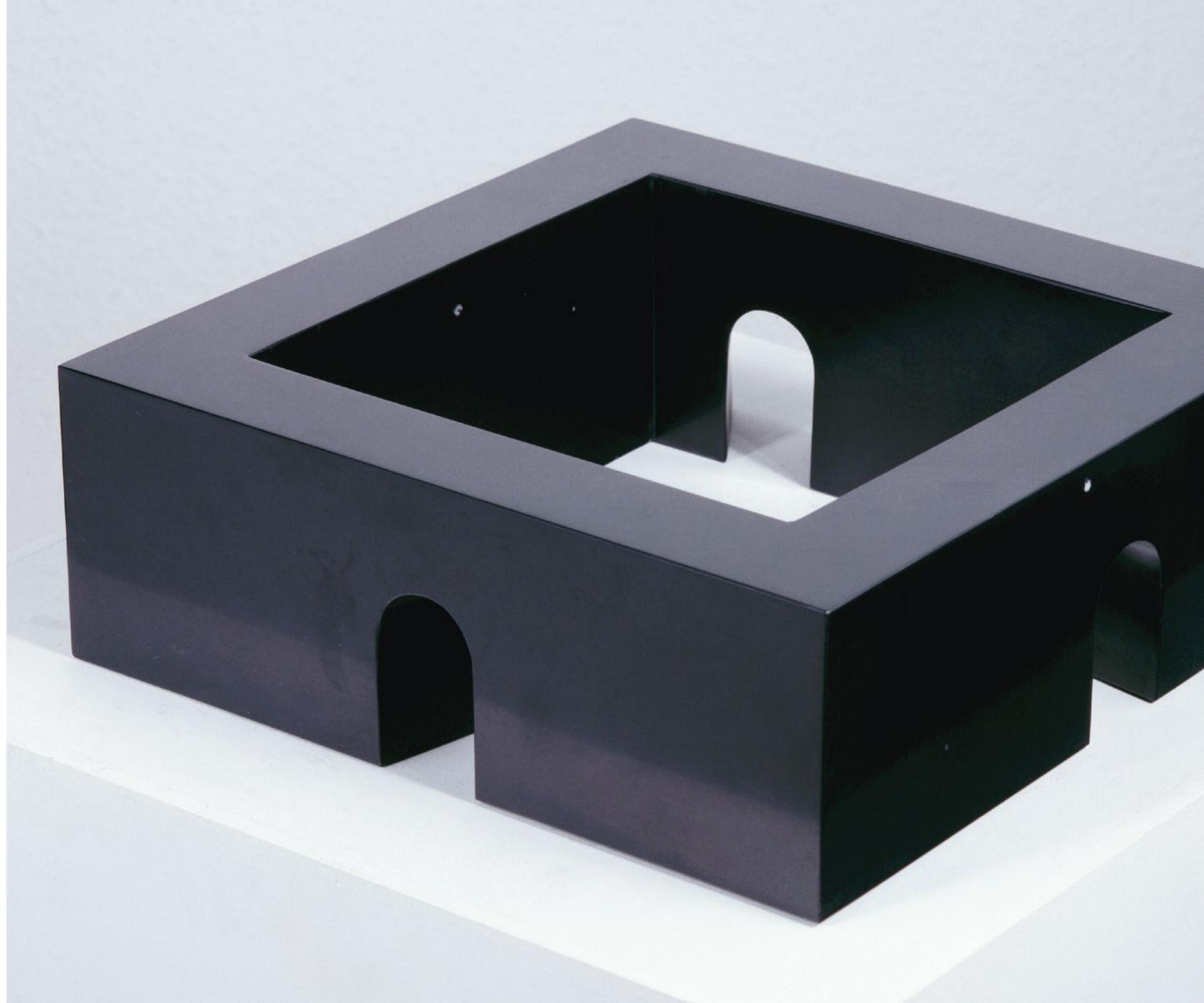
Gestão Jurídica 29

Atividade técnica e operações 30

- Meio Ambiente
- Segurança



Adrián Carra.
Children's corner.
1989.
36 x 36 x 12 cm.
Pedra de Calatorao.
Museu de Arte
Contemporânea (MAC)
da Gas Natural Fenosa.



Atividade comercial

Atualmente, a Ceg realiza sua atividade de distribuição de gás natural em 17 municípios com rede de gás natural canalizado na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, atendendo aos mercados residencial, comercial (que inclui pequenos e grandes comércios), industrial, aos postos de gasolina (com o Gas Natural Veicular – GNV) e às termelétricas.

São eles: Belford Roxo (com mais de 5,5 mil clientes); Duque de Caxias (com mais de 5 mil clientes); Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Mesquita e Nilópolis (com cerca de mais de 45 mil clientes conjuntamente); Niterói (com cerca de 42 mil clientes); Nova Iguaçu (com quase 4,2 mil clientes); Paracambi

e Queimados (com cerca de 700 clientes); Rio de Janeiro (com quase 796 mil clientes); São Gonçalo (com mais de 17,9 mil clientes); São João de Meriti (com quase 750 clientes) e Seropédica.

O município de Japeri já possui rede de gás canalizado, cuja atividade de distribuição de gás natural já está pronta para ter início, mas ainda não existem clientes ligados à rede.

Na área de concessão da Ceg, somente o município de Maricá é abastecido pelo sistema de Gás Natural Comprimido (GNC), estando previsto o atendimento ao município de Mangaratiba também por esse sistema.

Municípios Atendidos	2015
Com rede de gás canalizado	17
Com GNC	1
Total	18

Em todos esses municípios, a Ceg atingiu, em 2015, o total de 873.585 clientes, o que representou um aumento de 3,6% em comparação com o exercício anterior, quando o total de clientes era de 842.920. Assim, a Companhia chegou ao final do exercício de 2015 com 30.665 novos usuários em toda a sua área de concessão.

O aumento líquido do número de clientes deu-se, em maior parte, no **segmento residencial**, no qual já são atendidos mais de 861 mil clientes só na cidade do Rio. A região da Baixada Fluminense teve um aumento de 3.853 clientes residenciais atendidos, somando, em 2015, um total de 18.003 clientes utilizando os benefícios do gás natural canalizado. A região de São Gonçalo e Niterói foi a que apresentou maior número de novos clientes residenciais (incremento de 4.960), passando de 52.944 em 2014 para 57.904 o número de residências atendidas com gás natural canalizado em 2015.

A Companhia encerrou o ano com 262 clientes de grande comércio (4 clientes a menos do que em 2014) e 10.978 clientes

de pequeno comércio, atendendo a mais 523 pequenos comércios do que em 2014, quando somavam 10.455. Esses números são o resultado dos investimentos nas captações de novos clientes tanto nas áreas já consolidadas, onde a companhia já possui rede de gás natural canalizado, como através da expansão de sua rede.

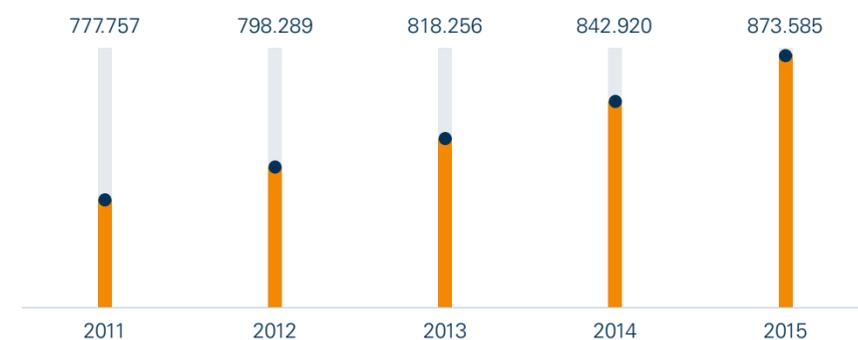
Na comparação com o ano anterior, o **mercado industrial** apresentou uma redução de 4,4% no número total de clientes, reflexo da crise econômica enfrentada ao longo do ano.

No **segmento de GNV** (Gás Natural Veicular) passaram a ser atendidos 3 novos postos, fechando 2015 com 449 postos.

O aumento líquido do número de clientes deu-se, em maior parte, no segmento residencial, no qual já são atendidos mais de 861 mil clientes só na cidade do Rio.

Número de Clientes	2015	2014	Variação %
Residencial	861.587	831.430	3,6%
Comercial	11.240	10.721	4,8%
Industrial	306	320	-4,4%
Geração Elétrica	3	3	0,0%
GNV	449	446	0,7%
Total	873.585	842.920	3,6%

Evolução do número de clientes nos últimos 5 anos



Vendas de gás

Em 2015, as vendas de gás natural da Companhia somaram 14.339 mm³/dia, ou seja, uma redução de -2,8% frente ao ano anterior, quando as vendas diárias somaram 14.758,9 mm³/dia. Essa redução deu-se, sobretudo, em razão da redução das vendas para o seguimento industrial, o mais afetado pela crise econômica enfrentada em 2015 e também para o seguimento residencial, impactado também pelas altas temperaturas observadas ao longo de todo o ano.



Vendas convencionais

No **segmento residencial**, a Companhia manteve suas ações comerciais iniciadas em 2013, como ofertas e campanhas publicitárias em áreas de expansão. Contudo, apesar desses esforços e dos novos 30.157 clientes que passaram a ser atendidos nesse segmento, o volume de vendas da Companhia sofreu uma redução de -3,2%, impactado pelas altas temperaturas verificadas ainda em 2015, mantendo-se o mesmo cenário observado em 2014. Além disso, a crise econômica impactou no consumo das famílias, que passaram a buscar economia inclusive nos serviços mais básicos, no caso do consumo de gás natural, optando por alimentos e banho frios.

No **segmento comercial** houve um discreto crescimento de 0,3% no volume de vendas totais de gás natural, mantendo-se em linha com relação ao ano anterior. A redução das novas tarifas aplicadas a partir de 2014 resultou em maior competitividade no mercado e passaram a ser atendidos 519 novos clientes. Contudo, o cenário econômico desfavorável impactou diretamente no volume de vendas, impedindo um crescimento maior.

A redução de 14 clientes no **seguimento industrial** – principalmente a perda do cliente petroquímico Bayer, que encerrou suas atividades – impactou diretamente no volume de vendas para esse seguimento, que sofreu uma redução de -4,1% frente ao ano anterior. A redução da atividade industrial ao longo de 2015 foi sentida em todo o país, em decorrência do cenário de recessão econômica.

No **mercado de GNV** as vendas da Companhia apresentaram pequena redução de -1,3% em comparação com o ano anterior. Levando-se em conta a redução de -3,2% no volume de vendas apuradas em todo o Brasil para o segmento de GNV (de acordo com a Abegás e o Ministério de Minas e Energia), o resultado da Companhia pode ser considerado positivo. Para 2016, a Ceg espera recuperar essas vendas por meio de campanhas publicitárias e ações de fidelização para os atuais clientes do produto e ainda em razão do aumento do preço de outros combustíveis, como a gasolina.

Para fomentar o uso do GNV, a Companhia deu continuidade à campanha publicitária

– veiculada em diversas mídias, como jornais, revistas e rádio – que esclareceu sobre os mitos relacionados à utilização do GNV com *kit* de 5ª geração e suas vantagens econômicas frente a outros combustíveis. Além disso, a campanha “Frotas”, que já beneficiava pessoas jurídicas, foi ampliada para pessoas físicas. De acordo com o programa, em 2015, as empresas que converteram para o sistema GNV o total de 5 carros em oficinas credenciadas pelo Inmetro, fazendo a instalação do *kit* de 5ª geração (ou apenas 2 carros se a Oficina tivesse também o Selo 10), receberam um cartão de abastecimento de GNV (*Ticket Car*) no valor de R\$ 600. E ainda, a partir de 2015, as pessoas físicas que converteram 1 veículo de sua propriedade em oficina credenciada pelo Inmetro, fazendo a instalação do *kit* de 5ª geração, receberam um bônus de abastecimento no valor de R\$ 400,00. Os regulamentos dos dois programas estão disponíveis no site da Ceg.

De acordo com os resultados do Detran, houve incremento de 5,3% na frota de GNV na área de concessão da Ceg, em relação a 2014.

Vendas para geração elétrica

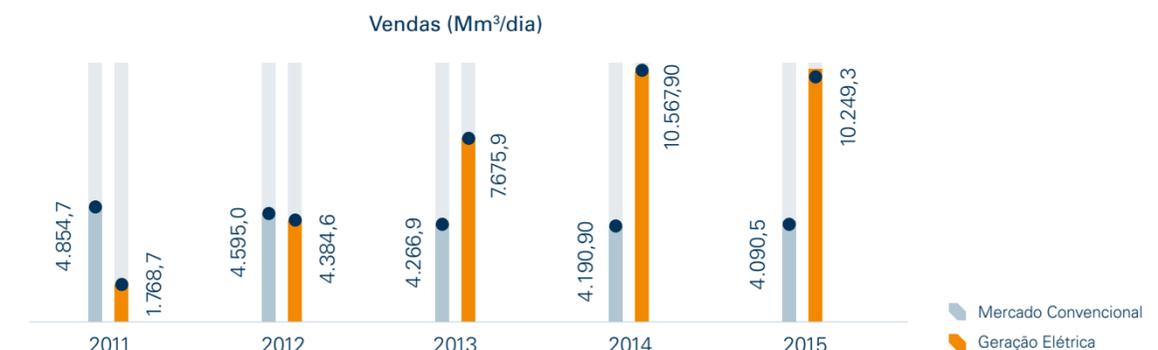
Em 2015, as vendas de gás e de acesso de terceiros à rede (ATR) para as termelétricas do Rio de Janeiro, situadas na área de concessão da Ceg, registraram uma redução de -3,0% em comparação com o ano anterior. O fato indica a manutenção do alto índice de despacho de energia a partir das termelétricas, ainda como consequência do reduzido nível dos reservatórios de água, o que justificou a necessidade de acionamento das termelétricas.

O despacho das térmicas no período ficou em torno 10.249,3 Mil m³/dia, quando em 2014 foi de cerca de 10.657,9 Mil m³/dia.



Vendas (mil m ³ /dia)	2015	2014	Variação %
Residencial	294,8	304,5	-3,2%
Comercial	244,4	243,7	0,3%
Industrial	1.457	1.519,9	-4,1%
Postos de GNV	2.094,3	2.122,8	-1,3%
Total do mercado convencional	4.090,5	4.190,9	-2,4%
Geração Elétrica	10.249,3	10.567,9	-3,0%
Total	14.339,7	14.758,8	-2,8%

Evolução do volume de vendas nos últimos 5 anos



Contratos de fornecimento de gás

Contrato de fornecimento de gás – Mercado Convencional

Em 31 de março de 2015, foi firmado o aditivo nº 10 ao contrato vigente de fornecimento de gás de longo prazo com a Petrobras, com prazo de vigência até 31 de dezembro de 2019.

As modificações introduzidas por esse aditivo são: (i) redução de -4,3% a partir de 1º de junho de 2015 da Quantidade Diária Contratual (QDC); (ii) redução de -1,6% da Quantidade Diária Contratual (QDC) a partir de 1º de junho de 2016; (iii) redução de -1,6% da Quantidade Diária Contratual (QDC) a partir de 1º de junho de 2017; e (iv) inclusão da cláusula da vedação ao nepotismo e das práticas anticorrupção.

Contrato de fornecimento de gás – Mercado Termelétrico

Os Contratos de Compra e Venda de Gás Natural entre a Petrobras e a Ceg para fornecimento às UTEs Barbosa Lima Sobrinho e Governador Leonel Brizola foram aditivados em 31 de março de 2015, com vigência até 31 de dezembro de 2019.

Revisão de Tarifas para o Quinquênio 2013-2017

As tarifas de gás canalizado vigentes para o quinquênio de 2013-2017 começaram a ser aplicadas em 1º de janeiro de 2014, através da publicação da Deliberação Agenersa nº 1.881. Em 5 de maio de 2014, foi publicada a Deliberação Agenersa nº 2.035, de 28 de abril de 2014, concluindo o Processo Regulatório da 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas da Concessionária. Nessa última etapa, foram julgados os recursos interpostos pela Concessionária. A Revisão Tarifária do Quinquênio 2013-2017, aprovada pelo Conselho Diretor da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (Agerensa) apresenta uma taxa de remuneração (CAPM) de 9,757% e o plano de investimentos proposto pela Concessionária, além de aprovar o redesenho da estrutura tarifária proposto pela Companhia e estabelecer uma

compensação por conta da subexecução de investimentos do quinquênio 2008-2012. Como resultado para o quinquênio vigente, as margens da Concessionária sofreram uma redução -1,99% e uma redução adicional, pelo fator de retroatividade, aplicado às margens de 2014 a 2017, de -3,60%.

Em 1º de dezembro de 2014, foi celebrado o 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, que permitiu que a Concessionária atenda suas redes locais a partir de gasodutos virtuais, através de Gás Natural Comprimido (GNC) ou Gás Natural Liquefeito (GNL), desobrigando a mesma da construção de gasodutos físicos para ligação da malha de distribuição à rede local. Dessa forma, o Termo Aditivo permitiu a substituição da construção de gasodutos físicos para atendimento aos municípios de Mangaratiba e Maricá, através de GNC ou GNL.



Serviço a Clientes

Busca constante pela excelência no atendimento

Mantendo o foco na qualidade do serviço prestado e na satisfação do cliente, a Companhia implantou novos projetos e ações que geraram resultados positivos e consolidaram ainda mais a imagem de excelência no atendimento ao cliente, durante o ano de 2015.

As ações operativas desenvolvidas e implantadas para melhora na qualidade do atendimento telefônico foram intensificadas, tal como a célula de variação de consumo, em que a empresa selecionou e capacitou um grupo de atendentes que passou a responder apenas às ligações de clientes que questionavam o valor da fatura. O índice geral de atendimentos resolvidos no primeiro contato manteve-se em 58%.

Outro fator relevante foi o resultado global de satisfação do cliente, que tinha como objetivo uma pontuação mínima de 8,50 e, no último trimestre de 2015, foi alcançado o indicador de 8,57. Além desse resultado representativo, a Ceg está à frente das demais concorrentes energéticas no indicador índice de recomendação por clientes.

O Projeto Fórum de Escuta, que funciona desde 2012 – no qual comitês quinzenais formados por colaboradores das áreas Operativas da Companhia analisam os atendimentos do *call center* e propõem ações de melhorias de processos – teve um aumento na quantidade de ligações monitoradas em 2015. A partir dessa análise os comitês identificam mudanças que devem ser realizadas para que a experiência do cliente com a empresa seja mais positiva.

A Companhia diversificou os canais de contato com o público, estabelecendo um diálogo mais próximo de seus clientes, através de sua página no *Facebook*, no *Twitter*, *Instagram*, *YouTube*. No *Facebook*, onde a empresa tinha, em dezembro de 2015, 1,1 mil seguidores – a Ceg mantém um aplicativo, por meio do qual o cliente pode encaminhar suas dúvidas e solicitações.

Desde 2014, através do site da Companhia, a Agência Virtual proporciona mais agilidade e segurança, com diversos serviços e facilidades *on-line* para os clientes. Em dezembro de 2015, a Companhia já contava com mais de 120 mil clientes cadastrados. Foram registrados cerca de 670 mil acessos a esse canal, desde sua criação.

Também foi mantido o serviço de atendimento aos portadores de necessidades especiais e o recebimento de faturas em braile, para clientes portadores de deficiências visuais. Além disso, a Companhia implantou o *Projeto Conta Inteligente*, por meio do qual o cliente passou a ter a possibilidade de receber a fatura por e-mail, gerando mais sustentabilidade e facilidade. O objetivo fixado para 2015 era atingir 10 mil adesões à Conta Inteligente, objetivo que foi superado. Ao final do ano, foram registradas 11.370 adesões.

O sistema de atendimento móvel seguiu viabilizando a prestação de serviços presenciais a clientes residenciais localizados em municípios que ainda não dispõem de agências.

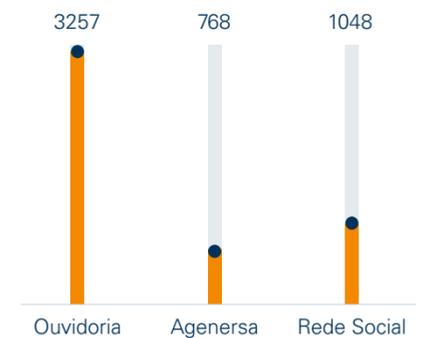
Por meio do projeto *Diálogo Aberto*, a empresa fortaleceu sua parceria com as instituições de amparo e defesa do consumidor e melhorou os prazos de atendimentos, participando de eventos como o Procon Carioca (Municipal), Procon Estadual e do *Jornal Extra*. Este canal foi ampliado com a implantação da plataforma consumidor.gov.

Com foco em todos os perfis de clientes, foram realizados eventos em condomínios do *Programa Minha Casa Minha Vida*, onde, além da distribuição de folhetos explicativos com dicas de segurança e de consumo, a Companhia ofereceu atendimento personalizado aos clientes, esclarecendo dúvidas sobre a utilização do gás canalizado e parcelamento de dívida com condições diferenciadas.

Ao longo de 2015, foi realizada uma gestão eficiente das baixas de clientes. Através de ações de retenção de clientes – tais como: “Equipe específica no BackOffice para tratar dos atendimentos de retenção de baixa de forma diferenciada”; “Treinamento com foco na retenção de cliente, buscando a forma mais eficaz de se comunicar considerando as características daquele cliente” e; “Relacionamento com determinadas imobiliárias” – foi incrementado o número de retenções no ano (7.985), ou seja, um aumento de 32% se comparado com o resultado de 2014 (6.069), colaborando para o incremento líquido de clientes.

A Oficina de Garantia de serviço ao cliente atendeu, em 2015, 5.956 clientes, por meio da sua Ouvidoria, redes sociais e da Agenersa, atingindo 99% dos indicadores da Qualidade em relação aos prazos de resposta da Ouvidoria e Agenersa. Com relação aos atendimentos via rede social, houve um aumento de 177%.

Atendimentos realizados



(*) redes sociais: *Facebook*, *Twitter* e site Reclame Aqui

Ainda com foco na segurança do serviço prestado e na regularização do consumo dos clientes, intensificamos nossas atividades para detecção de anomalias e irregularidades substituindo 49.500 medidores obsoletos pelo Projeto Parque de Medidores e 3.443 medidores pelas campanhas realizadas pelo Controle de Regularização de Clientes – CRC. Esses serviços visam a garantir a capacidade metrológica do equipamento para que o consumo apurado seja justo para o cliente e para a empresa.

Outro fator relevante foi a implantação do sistema SCMRESCOM para o mercado doméstico comercial, em que todos os serviços que eram executados por papel passaram a ser executados por *tablet*. Essa melhoria trouxe eficiência e controle dos serviços realizados em campo. Assim, em 2015, a área de Leitura e Faturamento, em parceria com a área de Sistemas, efetuou melhorias em seu processo através de informatização dos serviços realizados em campo.

- Para os clientes residenciais e comerciais a Ceg substituiu todos os aparelhos celulares utilizados por seus colaboradores nas leituras de campo, passando a utilizar o aplicativo do Sistema de Gestão das Leituras através do sistema operacional Android, possibilitando maior agilidade na conclusão do serviço em razão da melhora na eficiência operacional do aplicativo.

- Para o seguimento de grandes clientes, a Ceg implantou a leitura por celular, garantindo a confiabilidade das medições, uma vez que são realizados registros fotográficos de todas as leituras, conferindo maior agilidade às atividades internas e externas relacionadas ao processo.



Conta Inteligente de gás

Prática, sustentável e todo mês no seu e-mail

Sem papel • Acesso fácil e ilimitado

Solicite a sua

Gestão Jurídica

A Ceg foi pioneira no projeto “Conversa com o Judiciário”, desenvolvido em parceria com o Instituto Justiça e Cidadania, que visa a estimular o diálogo entre o Poder Judiciário e as empresas, com vistas a melhorar práticas de gestão e a reduzir demandas judiciais. Por meio desse projeto são realizadas palestras que visam a esclarecer aos colaboradores da Companhia e convidados a respeito de assuntos relacionados, por exemplo, aos direitos do consumidor e cidadania, objetivando o *compliance* jurídico das práticas empresariais. Entre os meses de março e julho de 2015 foram realizadas 4 palestras.

A Ceg também firmou convênios com o Tribunal de Justiça do RJ (TJRJ), com a Justiça Federal do RJ e foi a primeira a firmar convênio com o Tribunal Regional do Trabalho do RJ, permitindo o acesso de magistrados aos dados cadastrais de clientes, viabilizando maior agilidade nas diligências e celeridade processual, colaborando com a Justiça.

Em maio de 2015, por iniciativa da Diretoria de Serviços Jurídicos, a Ceg, em parceria com o Núcleo de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, criou um projeto de mediação voltado exclusivamente para seus funcionários, com a assinatura, em setembro de 2015,

de um convênio inédito, firmado com o TJRJ. Esse convênio visa a criar a cultura da mediação entre os funcionários, colaborando para reduzir a judicialização, que prejudica o acesso à jurisdição. O projeto atende aos princípios de responsabilidade corporativa, ao Código de Ética da OAB e cria a cultura da mediação na sociedade. Com o convênio, a Ceg ajudará seus funcionários a resolver conflitos sem a necessidade de recorrer à Justiça, evitando o desgaste financeiro e emocional de um processo judicial. Entre os temas passíveis de mediação estão divórcios; negociações de aluguel; relações de consumo; entre outros. Casos informados aos advogados da Ceg serão encaminhados para o NUPEMEC, que irá intermediar a mediação sem qualquer custo para o funcionário. O Convênio permitiu ainda o treinamento em mediação dos advogados da Ceg, em curso ministrado pelo TJRJ junto ao NUPEMEC.

A Ceg, em continuidade à estratégia de colaboração com o Poder Judiciário, iniciada em 2011, participa, bimestralmente, das pautas do Mutirão de Conciliação organizadas pelo TJRJ. Naquele ano, a Ceg tornou-se a primeira empresa na história do Tribunal a alcançar o índice de 100% de acordos em mutirões. A forte política conciliatória, além de reduzir a carteira de processos ativos da empresa – fato que repercute positivamente sob o ponto de vista institucional – representa economia de

custos com honorários advocatícios e pagamentos de condenações, representando ainda colaboração com o Poder Judiciário e benefícios à sociedade. Em setembro de 2015, a Companhia participou do mutirão realizado pelo tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), no Programa *Redescobrimos os Juizados Especiais*, que reuniu 30 empresas para a realização de conciliação com consumidores que possuíam reclamações de consumo. Além disso, através de contatos realizados diretamente com clientes que buscaram os Juizados Especiais Cíveis, a Ceg realizou 50 acordos em 2015, encerrando as ações judiciais e, desta forma, reduzindo custos decorrentes do acompanhamento de processos.

Ainda em 2015 foi promovida a 3ª edição do curso “Aspectos das Perícias de Instalações de Gás”, que ocorre desde 2013, em parceria com o TJRJ e com a Escola de Administração Judiciária (ESAJ), destinado a promover o conhecimento do tema entre peritos, assistentes técnicos, advogados e serventuários.

A Ceg assinou também sua participação na plataforma virtual de conciliações Consumidor.gov.br. Essa plataforma é um novo serviço público para solução alternativa de conflitos de consumo na internet e está voltada à ampliação do acesso à Justiça, transparência, participação social e competitividade no mercado pela qualidade nas relações de consumo.

Atividade Técnica e Operações

Em 2015 foram executadas importantes ações técnicas que ampliaram e otimizaram o fornecimento de gás na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Foi concluída a construção de 20,4 km (7,1 km em 2013, 8,9 km em 2014 e 4,4 km em 2015) de rede de aço carbono de alta pressão AP-16 bar referente ao projeto *Gasoduto Presidente Kennedy*, visando a reforçar o anel metropolitano do Rio de Janeiro para o abastecimento de indústrias e postos de GNV da zona oeste do município. Esse reforço foi colocado em carga em setembro de 2015.

Além disso, também foi concluída a construção de 6,6 km (4,4 km em 2014 e 2,2 km em 2015) de rede de aço carbono de alta pressão AP-12 bar referente ao projeto *Reforço Campo Grande*, com o objetivo de reforçar o abastecimento no anel metropolitano do Rio de Janeiro.

Foi remanejado um total de 1,2 km de redes de aço carbono de alta pressão AP-16 bar e de redes de polietileno de média pressão MP-4 bar, em diversos diâmetros, devido às obras da Transcarioca, da Transoeste, da Transolímpica, do Porto Maravilha e do Metrô Rio, em continuação às obras iniciadas em 2014.

Dando prosseguimento ao programa de renovação de redes antigas da cidade, foram assentados 44.579 metros de canalizações e 2.007 ramais. Nesse trabalho, a segurança foi um objetivo prioritário na linha de atuação da Ceg.

A Ceg manteve as valorações dos índices de segurança em *muito positivas*, medidas de acordo com as mais eficientes referências internacionais, e dentro dos objetivos fixados no início do

ano pelo Grupo Gas Natural Fenosa. Ainda em 2015, a Ceg concluiu o cronograma de instalação do sistema de monitoramento por telegestão de proteção catódica dos dutos de aço carbono (126 pontos). Atualmente são telegestionáveis 390 pontos de proteção catódica.

De 1998 até agora, a Companhia modernizou cerca de 961 km da rede. Parte dessa renovação – 906 km – foi feita por meio da substituição de dutos e 144 km através de aplicação de líquido selante.

Período	Renovação Rede Assentada (metros)	Aplicação de líquido selante (metros)	Substituição de ramal completo (nº de ramais)
2015	44.579	0	2.007
2014	46.204	0	1.323
Total (de 1997 a 2015)	906.221	144.000	37.507

A rede de distribuição de gás do Rio de Janeiro, que já foi modernizada, está dentro de padrões internacionais de segurança e de confiabilidade. Parte dos investimentos realizados em renovação das redes de gás canalizado foi aplicada na modernização e renovação de estações de regulação e medição, nas quais não há histórico de acidentes. Todas são novas, blindadas, ventiladas, mapeadas e monitoradas pelo centro de controle da Companhia.

A Ceg possui ainda um sistema de detecção preventiva que inspeciona constantemente a rede de distribuição de gás da cidade. Através desse programa, define seu cronograma de manutenções e renovações.

Meio Ambiente

Alinhada às diretrizes e à Política de Responsabilidade Corporativa do grupo Gas Natural Fenosa, a Ceg implantou, certificou e mantém desde 2012 um Sistema de Gestão Ambiental em conformidade com a ISO 14001:2004, visando a atender ao compromisso de desenvolver suas atividades com foco na preservação ambiental e na utilização eficiente dos recursos naturais. Desde 2014 essa certificação foi ampliada para todas as atividades da Companhia.

Em função desse compromisso, a Ceg realizou, em 2015, diversas atividades de educação ambiental. Foram ministrados treinamentos abordando as questões ambientais, realização de comunicados internos de conscientização quanto ao consumo consciente dos recursos naturais, descarte correto de resíduos, biodiversidade e redução de emissões atmosféricas.

Também nesse sentido foi realizado, em 2015, o desenvolvimento do sistema de monitoramento de fumaça preta dos carros movidos a diesel da frota, com o objetivo de incentivar a manutenção dos veículos para a redução dessa fumaça emitida para o meio ambiente.



Inspeções ambientais: Em 2015, foram realizadas cinco inspeções ambientais visando a avaliar o atendimento aos requisitos legais aplicáveis nas unidades administrativas da Ceg, em cumprimento aos requisitos do Sistema Integrado de Gestão e em linha com a Política de Responsabilidade Corporativa da Gas Natural Fenosa.



Formações e Campanhas: Foram realizados, em 2015, 12 treinamentos relacionados ao Meio Ambiente, além de divulgados 15 Comunicados internos através de e-mails aos colaboradores. Foram publicadas 12 matérias jornalísticas na *newsletter* da Companhia e, ainda, foram apresentados três vídeos corporativos com conteúdo ambiental.



Semana da Sustentabilidade: Em referência ao dia Mundial do Meio Ambiente, tendo como público-alvo os colaboradores da Companhia, foi realizado o *1º Fórum Ambiental: Sustentabilidade Biodiversidade*, com o objetivo de difundir as práticas ambientais que estão sendo desenvolvidas pelo grupo e por empresas de referência, como o Instituto Ethos.

Além disso, em 2015 a Companhia manteve o estudo do terreno onde está instalada e também da área Noroeste (novo terreno) com o objetivo de quantificar e caracterizar o risco à saúde humana a partir dos compostos de interesse presentes na área de estudo e definir as metas de remediação para os compostos químicos de interesse.

Manteve também o sistema de remediação ambiental das áreas nordeste e sudeste do terreno onde está instalada, implantado desde 2004, com o objetivo de recuperar o solo e a água subterrânea, contaminados pelo antigo processo produtivo de gás manufacturado, substituído pela distribuição de gás natural, combustível mais limpo.

A Ceg obteve ainda a licença da área Noroeste, que no momento está atendendo as condicionantes para a apresentação ao Órgão Ambiental do Estado do Rio de Janeiro (Inea).

Segurança

Índices de Acidentabilidade

Em 2015, a segurança continuou sendo uma prioridade na atuação da Companhia. Os indicadores de acidentabilidade das empresas do grupo estão apresentados na tabela a seguir:

Índices	Objetivos da GNF*	Indicadores da GNF* Brasil
Acidentes do Trabalho – Índice de Frequência	≤ 1,95	0,88
Acidentes do Trabalho – mortais	0	0
Sistema de Distribuição – valoração	≥ 8,0	10,0

*GNF – Grupo Gas Natural Fenosa

Acidentes no sistema de distribuição de gás natural: Não houve acidentes no sistema de distribuição de gás natural e, conseqüentemente, não houve vítimas, permitindo fechar o ano com o indicador máximo (=10,0 pontos).

Acidentes do trabalho: Quanto aos índices de acidentabilidade, o índice de frequência ficou em 0,88, pois houve 1 acidente com afastamento no período, com 86 dias de baixa.

Outro ponto em destaque foi a manutenção da certificação das empresas da Gas Natural Fenosa no Brasil pela empresa Certificadora AENOR, na OHSAS 18.001 (Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho), além da Certificação de Modelo de Empresa Saudável emitida pela empresa Certificado AENOR.

01

Nada é mais importante que a segurança e a saúde

02

Todo acidente pode ser evitado

03

A segurança é uma responsabilidade da Direção

04

A segurança é uma responsabilidade individual

05

Todos os trabalhos devem ser planejados e executados pensando na segurança

“Na Gas Natural Fenosa, apenas aceitamos uma maneira de trabalhar: com segurança”.





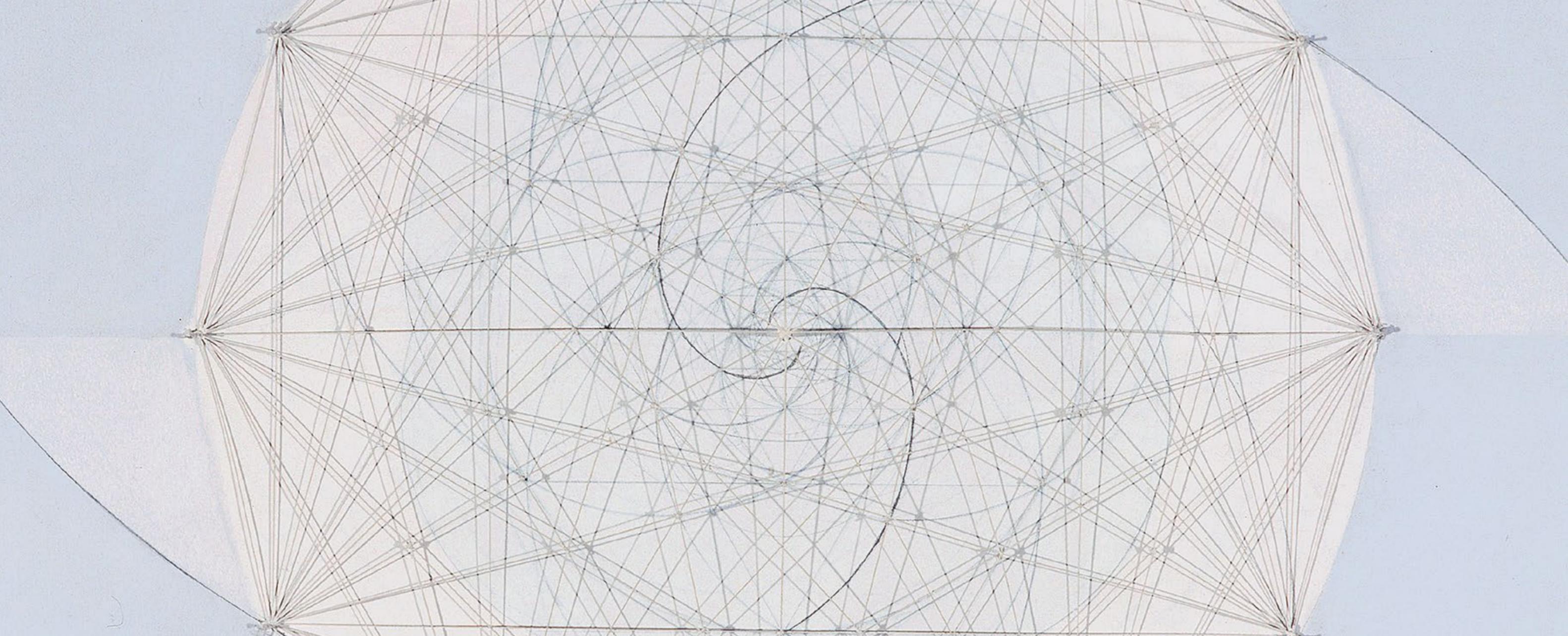

Outros fatos relevantes

Plano Compromisso com a Segurança e a Saúde: A Companhia deu continuidade à implantação do *Plano Compromisso com a Segurança e a Saúde*, que visa a proporcionar uma mudança qualitativa na cultura da segurança na empresa, mediante um enfoque, baseado nos comportamentos individuais seguros e na identificação e antecipação de situações de risco para os próprios colaboradores. O plano – que foi implantado através da Equipe Central de Projetos (ECP) e pela Alta Direção, com ações voltadas para colaboradores, liderança e empresas prestadoras de serviço – visou a assegurar que todos os colaboradores atuem considerando que a segurança é uma prioridade e que não deve haver tolerância com atos inseguros no ambiente da empresa.

0A cultura preventiva, também na cadeia de valor: A importância do trabalho realizado pelas empresas prestadoras de serviço exige que a Companhia possa estender para elas a mesma cultura de prevenção com a qual desenvolve as suas próprias atividades.

A extensão da cultura de prevenção baseia-se principalmente no acompanhamento do desempenho das empresas colaboradoras. Assim, a Ceg procura acompanhar eventuais acidentes que possam ocorrer com os colaboradores das empresas prestadoras de serviços, e para isso, desenvolveu ferramentas de monitoramento dos acidentes. Além disso, a Ceg exige que seus fornecedores e as empresas colaboradoras certifiquem que seu pessoal próprio tenha recebido formação específica em segurança e prevenção de riscos trabalhistas para a execução de serviços que serão prestados à Companhia. Eventualmente a Ceg também realiza atividades visando a esse tipo de formação.

Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho – SIPAT: No período de 27 a 31 de julho de 2015 foi realizada a semana interna de prevenção de acidentes de trabalho com o objetivo de divulgar a importância da prevenção para colaboradores da Companhia. Foram realizadas palestras, enquetes teatrais, “simulação casa segura” com visitas guiadas, ações motivacionais e avaliações ergométricas.



Informe Anual 2015

Resultados Financeiros

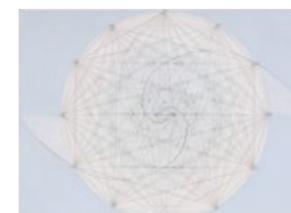
Recursos investidos 36

Sumário financeiro 37

Remuneração aos acionistas 39

Financiamentos 40

Panorama tributário 40



José María de Labra.
Galáxia espiral.
1976.
50 x 71 x 6 cm.
Técnica mista sobre madeira.
Museu de Arte
Contemporânea (MAC)
da Gas Natural Fenosa.

Recursos Investidos

Em 2015, foram investidos na operação da Companhia R\$ 266.915 mil, montante 16,7% superior ao mesmo período do ano anterior, no qual o total dos investimentos operacionais correspondeu a R\$ 174.972 mil.

Quase a metade desses investimentos, R\$ 133.051 mil (49,8% do total), foi direcionada para Conversão e Renovação de Redes. Tais investimentos incluem os remanejamentos de redes necessários às obras do Corredor T5 do BRT e da instalação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) no Centro da Cidade do Rio de Janeiro. Incluem, também, a finalização de obras do reforço de redes no anel metropolitano, iniciadas em 2014.

Os investimentos em Expansão de Redes – em um total de R\$ 106.185 mil – representam quase a totalidade do restante dos outros investimentos, que são compostos, em menor parte (R\$ 26.679 mil) por investimentos em tecnologia da informação, frota de veículos e instalações. Os investimentos em expansão das redes de média e baixa pressão foram significativos para o incremento dos cerca de 30 mil novos clientes, sobretudo residenciais, e também comerciais e de GNV. A maior parte dos investimentos realizados em instalações deu-se com o remanejamento da Estação de Regulagem e Medição (ERM), localizada na sede operativa da Companhia, em São Cristóvão.

Evolução dos Investimentos Operacionais nos últimos 5 anos



Sumário Financeiro

Receita Líquida

As receitas líquidas da Companhia em 2015 foram de R\$ 3.728.091 mil, o que representou um aumento de 6% em relação a 2014, quando somaram R\$ 3.524.104 mil. Esse resultado positivo decorreu do aumento na base de clientes da Companhia, principalmente nos seguimentos residencial e comercial, com incrementos de 3,6% e 4,8% no total de clientes.

Lucro Bruto

O lucro bruto, em 2015, chegou a R\$ 946.788 mil, observando-se um aumento de 1% em relação ao resultado obtido no ano anterior (R\$ 940.108 mil), o que representa uma margem bruta de 25,39%, mantendo-se praticamente em linha com a margem apresentada em 2014 (26,67%), portanto, com uma redução de apenas -1,28% na margem bruta frente ao ano anterior. Esse resultado mostra-se bastante positivo considerando-se o cenário econômico desfavorável enfrentado em 2015, no decorrer do qual, apesar do aumento de clientes nos seguimentos residencial, comercial e de GNV, foram desligados 16 clientes industriais.

Lucro Operacional

A Companhia encerrou o ano de 2015 com um lucro operacional de R\$ 517.619 mil, com uma redução de R\$ 13.887 mil frente a 2014, quando o lucro operacional foi de R\$ 531.503 mil. Esse índice apresentou uma queda de 3% em comparação com o ano anterior.

Lucro Líquido

O lucro líquido do exercício fechou 2015 em R\$ 284.392 mil, o que representa uma redução de R\$ 36.536 mil, ou seja, 11% inferior a 2014.

Conta de Resultados (R\$ mil)	2015	2014	Varição (R\$)	Varição (%)
Receita líquida das vendas e serviços	3.728.091	3.524.104	203.987	6%
Lucro bruto	946.788	940.108	6.680	1%
Lajida (Ebitda)	626.192	630.805	-4.613	-1%
Lucro operacional	517.619	531.506	-13.887	-3%
Lucro líquido do exercício	284.392	320.928	-36.536	-11%
Margem Bruta	25,40%	26,67%	-1%	-5%

LAJIDA (Ebitda)

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) editou, em 4 de outubro de 2012, a Instrução Normativa 527/2012, que dispõe sobre a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil, denominadas Lajida (Ebitda) e Lajir (EBIT). A Instrução determina os critérios para o cálculo do Lajida (Ebitda) com o objetivo de uniformizar a divulgação desse dado, melhorar a sua compreensão pelo mercado e, ao mesmo tempo, torná-la comparável entre as companhias abertas.

Dessa forma, os dados a seguir já estão adaptados à nova forma de cálculo determinada pela CVM.

Assim, o Lajida (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) de R\$ 626.192 mil do ano de 2015 manteve-se praticamente em linha com o resultado obtido em 2014, apresentando uma pequena redução inferior a -1% frente a ano anterior, apesar da crise econômica atravessada em 2015.

LAJIDA	2015	2014	Variação (R\$)	Variação (%)
Lajida (R\$ mil)	626.192	630.805	-4.613	-0,73%
Lucro líquido do exercício	284.392	320.928	-36.536	-11,38%
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	131.808	151.415	-19.607	-12,95%
Depreciação e amortização	108.572	99.299	9.273	9,34%

Resultado Financeiro

A política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) no início de 2015 foi de elevação da taxa básica de juros (Selic). A partir do agravamento do descontrole da inflação, o Banco Central manteve a política monetária de elevação da taxa Selic em consecutivos aumentos, passando a taxa de 11,75% para 14,25%, em dezembro de 2015.

A Companhia apresentou, em 2015, um maior custo financeiro, impactado

principalmente pela elevação da taxa Selic e em função da elevação do endividamento, o que gerou maior gasto financeiro com dívida.

O resultado financeiro apresentou, em 2015, o valor negativo de R\$ 101.419 mil, frente ao valor negativo de R\$ 59.162 em 2014.

O endividamento financeiro da empresa, que era de 42,3% em 2014, subiu para 43,2% em 2015.

LAJIDA	2015	2014	Variação (R\$)	Variação (%)
Resultado financeiro	-101.419	-59.162	71,43	-42,257

Remuneração aos Acionistas

No dia 3 de dezembro de 2015, foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas o pagamento dos juros sobre capital próprio, no valor de R\$ 45.452 mil, a ser pago em parcela única, no mês de julho de 2016. Farão jus ao benefício os acionistas titulares de ações na data da realização da Assembleia de Acionistas.

O dividendo mínimo obrigatório, no valor de R\$ 22.091 mil, foi registrado de forma a atender o disposto no Estatuto da Companhia, o qual estabelece uma distribuição mínima de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções previstas em lei.

O saldo remanescente, no valor de R\$ 202.629 mil, permaneceu no patrimônio líquido da Companhia e terá a destinação atribuída pela Assembleia Geral de Acionistas, a ser realizada no mês de abril de 2016, que deliberará sua retenção ou sua distribuição aos acionistas.

A administração da companhia deverá propor aos acionistas a distribuição de 30% do lucro líquido do exercício, deduzida a constituição da reserva legal aplicável e o aumento do capital social mediante a capitalização de reservas, sem a emissão de novas ações, respeitadas as participações de cada acionista no capital social da empresa.



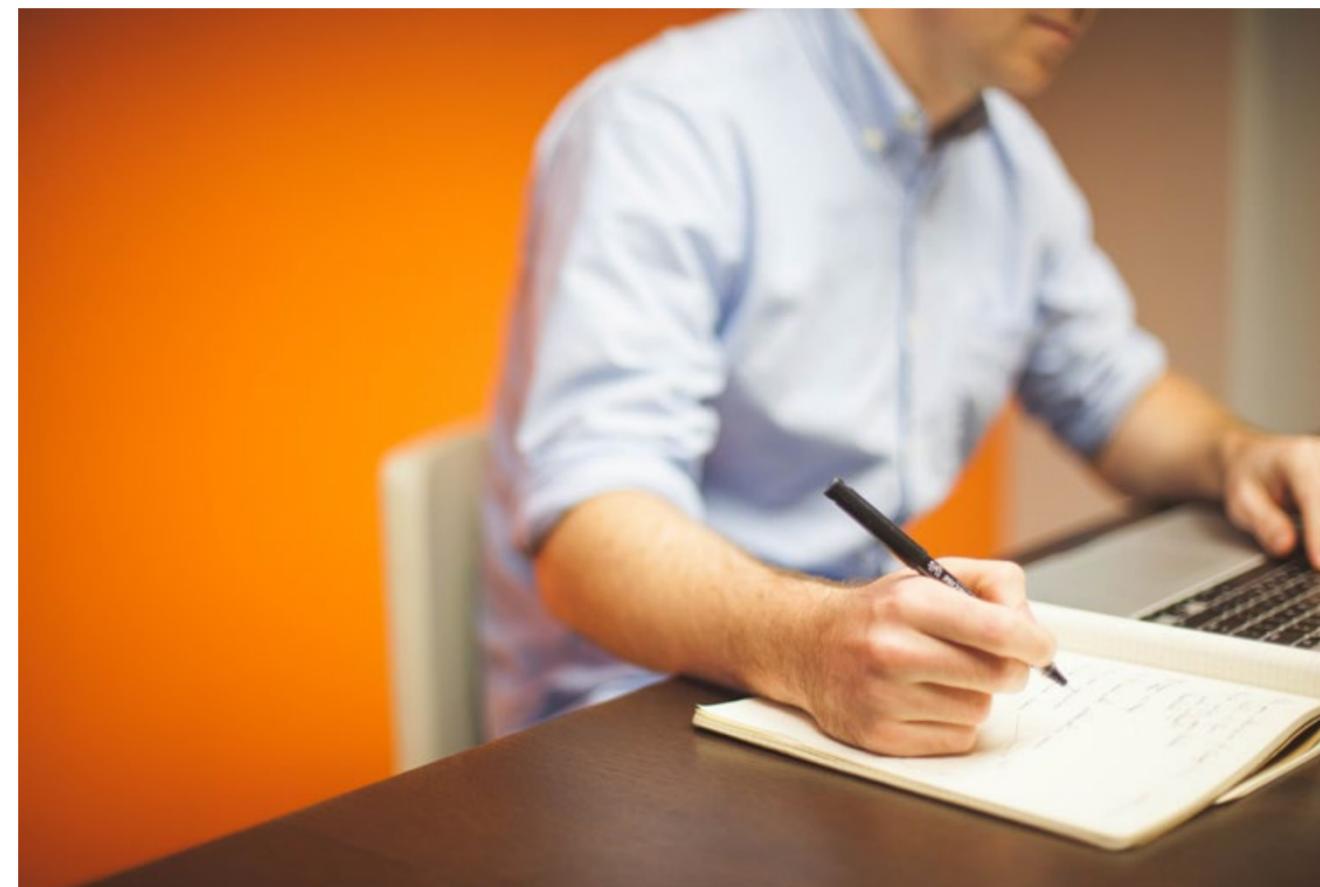
Financiamentos

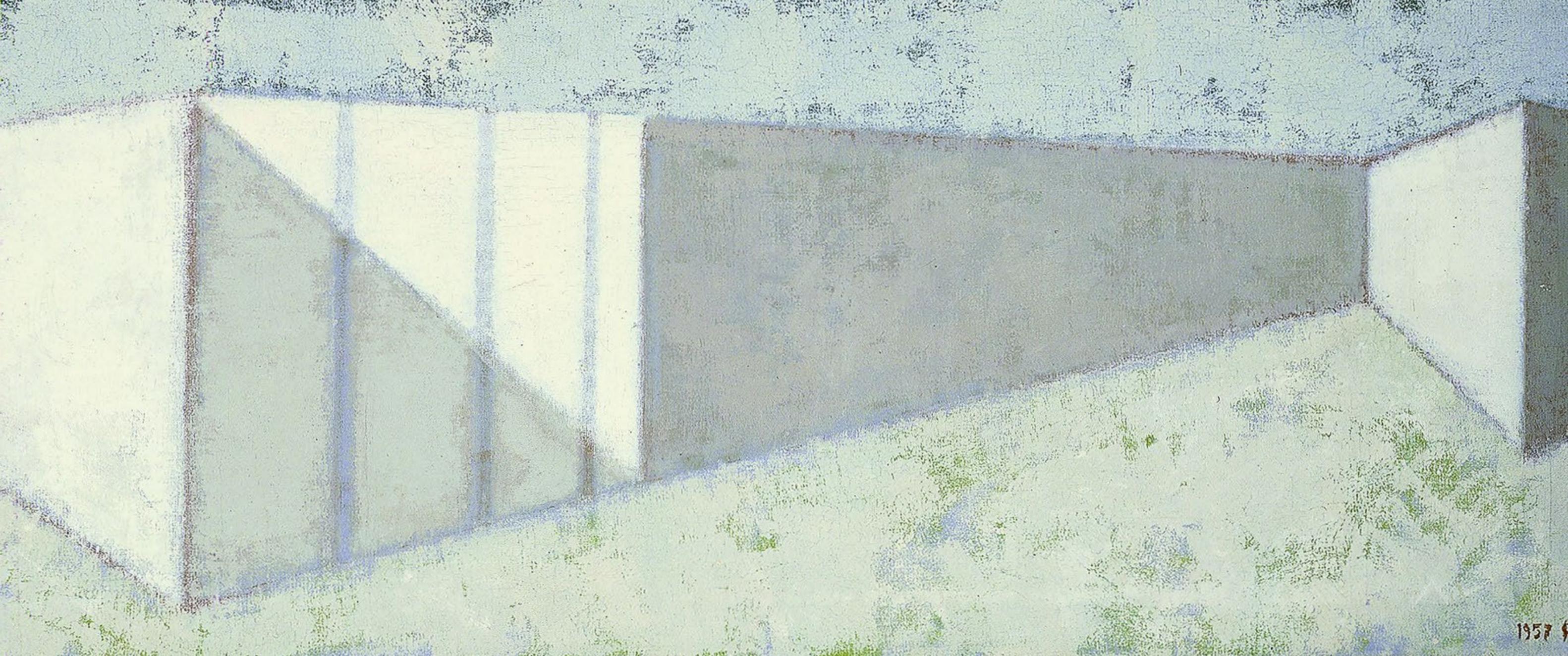
Ao longo de 2015, a Ceg manteve a estrutura de financiamentos necessários à realização dos seus investimentos. Suas ações foram pautadas na obtenção de recursos financeiros provenientes de empréstimos com taxas variáveis (indexadas ao CDI). Para 2016, a meta é a manutenção da busca contínua das melhores condições de financiamento.

Panorama Tributário

A Ceg busca constantemente a eficiência fiscal, de forma a garantir as boas práticas tributárias e a correta aplicação da legislação. O quadro tributário que se segue demonstra os valores dos tributos pagos, com base na legislação tributária vigente.

Ceg	2015	2014	Varição%
COFINS	63,78	69,41	-8,11
PIS	13,80	15,07	-8,43
IRPJ	117,01	127,05	-7,9
CSLL	49,32	48,38	1,94
IOF	4,00	1,6	150
AGENERSA	15,87	14,79	7,3
ICMS	153,78	157,52	-2,37
IPVA	0,20	0,12	65,4
IPTU	0,09	0,07	28,7
ISS	1,51	1,47	2,72
Total (MBRL)	419,36	435,48	-3,7





Informe Anual 2015

Valor Gerado para a Sociedade

Responsabilidade Social Corporativa 44

Relacionamento com a sociedade 48

Acionistas 50

Auditores Independentes 50



Gerardo Rueda.
Composição (Paisagem) II.
1957.
40 x 130 cm.
Óleo sobre tela.
Museu de Arte
Contemporânea (MAC)
da Gas Natural Fenosa.

Responsabilidade Social Corporativa

Para promover um entorno de trabalho motivador e desenvolver seus profissionais, a Ceg implantou e deu prosseguimento a programas de treinamento, desenvolvimento, reconhecimento e equilíbrio da vida pessoal e profissional para os colaboradores.

Foi realizada a **Pesquisa de Clima e Compromisso em 2015** com o objetivo de conhecer o grau de satisfação e compromisso dos empregados, contrastar a evolução dos resultados em relação à pesquisa anterior e definir um plano de ação. Foram obtidos 95% de participação dos empregados, apresentando resultados estatisticamente significativos e com alto grau de confiança. Identificou-se um alto grau de compromisso dos empregados, situando em 90% (5 pontos acima vs. pesquisa anterior). Os funcionários entendem a importância do seu trabalho em sua área de atuação, em contribuição ao cumprimento dos objetivos da companhia, sentem orgulho em trabalhar na empresa e recomendariam a organização como um bom lugar para trabalhar. Além do compromisso sustentável, também foram avaliadas as categorias: Organização, A Direção, Meu Chefe, Transversalidade, Comunicação, Desenvolvimento Profissional e Formação, Compensação e Benefícios, Imagem, Responsabilidade Corporativa e Condições Laborais.

Principais indicadores	2015
Quadro de Pessoal/Número de funcionários	462
Homens/Mulheres (%)	61/39
Total de diretos*	43
Mulheres em postos diretos	16
Gastos de Pessoal (R\$)	108.331.993
Horas de treinamento por empregado	76
Investimento em formação anual (R\$)	1.482.941

*Diretores e gerentes

Foi conquistado o **certificado de manutenção da EFR (empresa familiarmente responsável)**, que reconhece o Grupo como líder na qualidade de emprego, flexibilidade e estímulo à vida social dos colaboradores, assim como na sua formação e no desenvolvimento profissional. Um resultado que potencializa uma cultura corporativa baseada no respeito e compromisso mútuo da empresa com seu quadro de funcionários.

Foram investidos R\$ 1.482.941 em mais de 70 mil horas de capacitação para funcionários e terceirizados.

Foram realizadas ações de formação para desenvolvimento do negócio (comercial e técnica), liderança, qualidade no atendimento ao cliente, desenvolvimento comportamental, compromisso com a segurança e saúde, entre outras.

Projetos relevantes desenvolvidos em 2015:

Gestão de Talentos: O *Programa Gestão de Talentos* tem como objetivo apoiar as necessidades estratégicas do Grupo, potencializando a cultura do desenvolvimento, fundamentada no modelo de competências consolidado nos últimos anos – Modelo de Liderança. Em 2015, o Comitê de Direção do Grupo passou pelo segundo ciclo de avaliação 360°, baseado nas competências do modelo citado, visando a elaborar um novo Plano de Desenvolvimento Individual (PDI). Através do PDI concretiza-se o comprometimento com o desenvolvimento profissional alinhado aos interesses, às expectativas e às capacidades de cada um, assim como às necessidades do negócio.

Os demais gestores também passaram pela fase de elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) com base nos temas aplicados esse ano no Programa Savia 2.0 (Gestão da Mudança e Experiência com o Cliente).

Foi implantada a sistematização da Avaliação de Competências para colaboradores individuais. Além de passarem por uma avaliação 90°, os 400 colaboradores realizam seu PDI – Plano de Desenvolvimento Pessoal – com as competências que desejam desenvolver ao longo do próximo ano.

Programa Savia: 100% dos gestores abrangidos nesse programa, iniciado em 2014, receberam a certificação de entidade acadêmica conceituada, como o Instituto Tecnológico de Monterrey (TEC) e 94% realizou o Savia 2.0, onde foram desenvolvidos os temas de Gestão da Mudança e Experiência com o Cliente, através de formação presencial, imersão e jogos empresariais. Foi obtido um alto índice de satisfação de 4,8 (escala de 0 a 5).

Carreira em Foco: Com o objetivo de reforçar o compromisso da Ceg com o desenvolvimento profissional de

seus funcionários, ampliando canais de comunicação para que empresa e colaboradores mantenham aberta a discussão sobre desenvolvimento e carreira, a empresa realizou a sexta edição do evento “Carreira em Foco”. Essa ação contou com especialistas, que através de palestras, consultorias individuais e a divulgação de programas e políticas de gestão de carreira, mostraram aos colaboradores as ferramentas de desenvolvimento que a empresa disponibiliza para cada um e a melhor forma de utilizá-la.

Itinerários Formativos: Os itinerários são uma solução formativa personalizada, apresentada em um mapa de habilidades e conhecimentos para cada funcionário. Cada itinerário é composto por três blocos: conhecimentos de contexto; habilidades e conhecimentos funcionais. Ao longo de 2015 a empresa continuou com a aplicação do Itinerário de Gestor de Obra e implantou o Itinerário de



Soluções Energéticas, além de fazer um seguimento de toda a formação *on-line* disponível para cada empregado.

Universidade Estendida: A Universidade Estendida prevê treinamentos para fornecedores e contratadas com o intuito de apoiar na consecução dos objetivos, assegurando a formação dos fornecedores e garantindo a adequação aos padrões de qualidade, segurança e serviço da empresa. Em 2015 foram realizadas formações para os perfis de Instalador Predial, Operador de Atendimento a Urgência e Chefe de Obras, e teve início o terceiro ciclo Projeto Sebrae (Capacitação de Fornecedores). No total, foram realizadas 35.736 horas de formação para 5.500 assistentes das prestadoras de serviço.

Programa de Mobilidade Interna: Continuou sendo potencializado o programa com o objetivo de promover a movimentação interna na empresa, aumentando com esse contingente a cobertura de vagas e obtendo uma ótima adequação pessoa-posto. O índice de vagas fechadas com colaboradores internos foi de 65%, sendo 61% de promoções e 39% de movimentações laterais.

E com o intuito de conhecer melhor as intenções de mobilidade interna e internacional dos funcionários foi lançado o programa **ConhecerT**, que teve participação de 87% dos funcionários.

Café com a Direção: Uma oportunidade de aproximação dos empregados com a direção da empresa, integração e troca de ideias. Os temas são definidos pelos empregados, que possuem total liberdade



Café com a Direção

de fazer perguntas de seu interesse para a alta direção. Para os colaboradores da Ceg foram realizadas 11 edições com mais de 100 participantes, que obtiveram 100% de suas dúvidas respondidas e sugestões analisadas e aplicadas, de acordo com a viabilidade.

Programa Bolsa de Estudos: Patrocina parte importante do investimento na educação. A Ceg promoveu o desenvolvimento profissional e pessoal de seus colaboradores através de 17 bolsas de estudo fornecidas em 2015, totalizando 76 bolsas ativas neste ano, em cursos de graduação e pós-graduação, ligados às necessidades da empresa e atividades do cargo.

Programa Jovem Aprendiz: Em parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), jovens de 14 a 21 anos foram formados no curso *Aprendiz em Ocupações Administrativas* e com estágio de 11 meses nas diversas áreas da Companhia. O Programa já está em sua 14ª edição.

Programa de Reconhecimento Interno:

A Ceg homenageou o empenho e a dedicação dos funcionários em projetos relevantes ocorridos ao longo do ano, como, por exemplo, Implantação do Sistema Zeus, e os participantes do projeto Compromisso com a Segurança e Saúde.

Serviço de Atenção ao Empregado

(SAE): Implantado em 2014, estabelece um novo modelo de relação com seus funcionários, oferecendo três novos canais de relacionamento, uma ferramenta informática (*sae.online*), um serviço de atenção telefônica e e-mail exclusivo. Principais benefícios: aumento da satisfação com o serviço prestado, compromisso com prazos e qualidade das respostas, assim como aportar eficiência nos processos das áreas internas que dão serviço ao empregado. Em 2015 o SAE foi consolidado obtendo um índice de satisfação de 92,3%. Foram realizadas 5.001 solicitações, com uma média diária de 20. A taxa de penetração foi de 100%, com uma média de nove solicitações por funcionário.

Políticas de Benefícios: A Ceg contou, no ano de 2015, com 25 tipos de benefícios, entre os quais se destacam: Plano de Previdência, Plano de Saúde, Plano Odontológico, Auxílio-Medicamentos, Seguro de Vida, Auxílio-Creche, Auxílio-Excepcional, Vale-Refeição, Cesta Básica, Empréstimos e Extensão da Licença-Maternidade de 4 para 6 meses.

A jornada de trabalho, exceto para os funcionários de serviços essenciais, realizou-se em horários flexíveis, tanto para a entrada quanto para a saída. Em todos os feriados que ocorreram às terças

e quintas-feiras, os funcionários foram dispensados do trabalho às segundas e sextas (com exceção daqueles que trabalham em serviços essenciais), mediante a compensação, conforme calendário estabelecido pela empresa. Durante todo o ano, foi realizada a redução de jornada de trabalho em duas horas às sextas-feiras, mediante compensação ao longo do ano.

Reconhecimentos Externos: Certificação como as 100 melhores empresas em Cidadania Corporativa 2015, por Gestão & RH. Apresentação do projeto “Conciliação da vida pessoal e profissional como retenção de talentos” no Club Español de la Energía (Madrid). Projeto “SAE – Serviço de Atendimento ao Empregado” foi indicado como finalista do “Prêmio Ser Humano” da ABRH-RJ (Associação Brasileira de Recursos Humanos).



Relacionamento com a Sociedade

Investir nas artes e na cultura, de um modo geral, sempre foi importante para a Ceg. A empresa entende que é sua função estar voltada também para as pessoas e seu ambiente, agregando outros valores que vão além do retorno econômico de sua atividade.

O projeto **Dias Novos Virão** é uma prova disso. Dá continuidade a um trabalho que começou em 2010, com a peça de teatro *Futuro no Meu Jardim* e continuou com o espetáculo *Manual para o Futuro Legal*. Esses projetos percorreram cerca de 220 estabelecimentos de ensino, circularam por 23 municípios fluminenses e chegaram a cerca de 50 mil alunos. Em 2015, *Dias Novos Virão* foi visto por 6.894 alunos e 680 professores do ensino fundamental.

Destinada ao público infantil, a iniciativa consiste na encenação de uma peça de teatro e de palestra sobre meio ambiente e o uso seguro do gás natural, apresentadas em colégios do Rio de Janeiro. Na peça, são abordados temas relativos à energia sustentável. Já a palestra que se segue à peça é apresentada por dois atores que se caracterizam de personagens da Família Natural. Eles falam sobre fontes de energia e o uso responsável do gás, utilizando cartazes e maquetes. Em outubro de 2015, o projeto **Dias Novos Virão** ganhou o disputado prêmio Aberje (Associação Brasileira de Comunicação Empresarial).



Outra iniciativa que contou com o apoio da Ceg foi o **Projeto Cultura e Histórias**, que consistiu na publicação de uma obra de literatura infantojuvenil que conta a história da cidade do Rio de Janeiro através de uma narrativa de ficção, baseada em fatos reais.

Com texto de Lucia Fidalgo e ilustrações de Daniel Azulay, os livros serão distribuídos gratuitamente a alunos do ensino fundamental do Rio de Janeiro, com prioridade para os que estiverem cursando entre o terceiro e o quinto ano de escolas públicas. A ideia é criar uma fonte de pesquisa e contribuir para que a sociedade carioca, através de suas escolas, professores e estudantes, possa ter acesso a conteúdos do patrimônio cultural e natural da cidade, e mostrar a trajetória histórica da cidade.

As famosas calçadas de pedras portuguesas foram o centro de outro projeto apoiado pela Ceg em 2015: **Tatuagens urbanas e o imaginário carioca**. Trata-se de uma exposição diversa que conta a trajetória deste que é um dos maiores símbolos urbanísticos do Rio de Janeiro, patrimônio artístico tombado pelo IPHAN. A exposição reuniu objetos de acervo, filmes e fotografias sobre o estilo único de pavimentação das calçadas feitas com pedras portuguesas. A mostra aconteceu no Museu Histórico Nacional e faz parte das celebrações dos 450 anos do Rio de Janeiro.

Na área da gastronomia, a Ceg tem atuado de forma permanente, apoiando iniciativas que valorizam as tradições e os novos talentos da culinária carioca. O *Rio Bom de Mesa* e o *Rio Gastronomia 2015*

contaram, mais uma vez, com o apoio da companhia.

A 12ª edição do **Rio Bom de Mesa** reuniu 11 restaurantes da Zona Sul e Centro da cidade. Também em comemoração aos 450 anos do Rio, o intercâmbio de chefes concentrou-se entre as cozinhas da cidade. A intenção foi a de apresentar ao público releituras de clássicos da gastronomia carioca, como o famoso filé a Oswaldo Aranha e o tradicional picadinho à Copacabana.

No **Rio Gastronomia 2015**, assim como em 2014, a Ceg foi *patrocinadora master*. Esse projeto é considerado o maior evento de gastronomia do país. Em sua 5ª edição, o Rio Gastronomia 2015 estava ainda mais amplo. O *Circuito Rio Gastronomia – Prêmio Rio Show de Gastronomia* – reuniu, no Jockey Club

Brasileiro, mais de 70 mil pessoas que prestigiaram quiosques de restaurantes premiados. Uma amostra do que há de melhor na produção familiar fluminense podia ser vista na Feira de Sabores. Também participaram do circuito os melhores *foodtrucks* do momento e foram realizadas degustações, aulas e palestras com grandes profissionais da gastronomia nacional. O evento tomou conta da cidade. Fora do Jockey, o Roteiro Gastronômico com mais de 400 restaurantes ainda ofereceu menus a preços especiais.

A **Festa de Santo Antônio de Duque de Caxias** foi outro projeto que recebeu o apoio da Ceg em 2015. O evento contou com uma feira literária e um circuito gastronômico, atraindo mais de 200 mil pessoas que participaram das atividades e circularam no espaço entre a Catedral de Santo Antônio e a Praça do Pacificador.

Entre os diversos atrativos, a população teve a oportunidade de conferir uma programação cultural diversificada com a feira literária, que trouxe para o município lançamentos, palestras e mesas de debates com autores e convidados, além da exposição “Gonzagão”.

A Ceg patrocinou ainda o **Prêmio Ademi Niterói**. A premiação reconhece profissionais e empresas do setor imobiliário que, com seu talento, contribuem para melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Ao apoiar esses projetos, entre vários outros, a Ceg quer que sua ação possa desenvolver-se com respeito ao meio ambiente e às belezas e peculiaridades do Rio de Janeiro, garantindo sua conservação e seu crescimento.



Entrega de diplomas de formação de calceteiros, workshop faz parte do projeto Tatuagens Urbanas

Acionistas

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da Companhia estava representado por 51.927.546.473 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Participação no capital social (%)
Gas Natural Internacional SDG S.A	54,16
BNDES Participações S.A – BNDESPAR	34,56
Fundo em Investimento em Ações Dinâmica Energia	8,78
Pluspetrol Energy Sociedad Anônima	2,26
Demais acionistas	0,23
Ações em tesouraria	0,0047
Total	100

Audidores Independentes

Em conformidade com o artigo 3º da Lei nº 11.638/2011 e com a Instrução Normativa CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, a Companhia, que não possui sociedades por ela controladas, declara que mantém contrato de prestação de serviços de auditoria externa contábil com a Price WaterhouseCoopers Auditores Independentes PwC.

Além dos serviços de auditoria externa, a PwC também prestou à Ceg o serviço de asseguarção limitada das informações do Informe de Responsabilidade Social Corporativa 2014. A companhia entende que a natureza desse serviço, contratado pelo período de 30/03/2015 a 29/03/2016, no valor de R\$ 79 mil, não afeta ou impacta o resultado dos trabalhos de auditoria externa, e nem a independência dos auditores independentes, não ocorrendo conflito de interesse, fato ou ato que resulte em perda de independência ou objetividade dos auditores.

A PwC presta serviços de auditoria externa também para as demais empresas do Grupo Gas Natural Fenosa no Brasil, contratados globalmente em 29/04/2015, pelo prazo de um ano, para as seguintes empresas: Ceg Rio S/A, Gás Natural São Paulo Sul S/A, Gas Natural Serviços S/A e Gás Natural do Brasil S/A. Da mesma forma, a Companhia entende que a prestação desses serviços não afeta ou impacta o resultado dos trabalhos de auditoria externa prestado para a Ceg.

Os auditores declaram que, com relação ao exame de auditoria das demonstrações financeiras das empresas integrantes do grupo Gas Natural Fenosa, acima citadas, as exigências da Resolução CFC – NBC PA 290 (R1) são suficientes para cumprir suas responsabilidades na auditoria das demonstrações financeiras. Portanto, confirmam sua independência de acordo com as exigências promulgadas na referida Resolução. E ainda declaram que possuem entendimento das

Normas Internacionais e Brasileiras de Auditoria, necessário para cumprir suas responsabilidades na auditoria das demonstrações financeiras do grupo, e conduzem seu trabalho sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 em conformidade com essas normas. Com relação à asseguarção limitada das informações do Informe de Responsabilidade Social Corporativa 2014 para a Ceg, conduzido de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01 – “Emissão de Relatório de Asseguarção Relacionado com Sustentabilidade e Responsabilidade Social”, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, com base na NBC TO 3000 – Trabalhos de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão emitida pelo CFC, confirmam que também mantêm sua independência de acordo com as normas citadas.

A Administração

Conselho de Administração 54

Comitê de Direção 54



David Lista Ranha.
**16 pedestais para
25 monumentos.**
1997.
111 x 126 x 126 cm (16 uds.).
Ferro, chumbo, lâmpadas
e cola.
Museu de Arte
Contemporânea (MAC)
da Gas Natural Fenosa.

Conselho de Administração

Sergio Manuel Aranda Moreno
Presidente

Bruno Armbrust

Antoni Almela Casanova

Francisco de Paula Lluch Rovira

Francesc Solbes Pons

Juan Manuel Otoy Rojas

José Pais Rangel

Gérman Patricio Macchi

Paulo Henrique Santos

Luis Pinguelli Rosa

Marcelo de Carvalho Lopes

Comitê de Direção

Bruno Armbrust
Diretor-Presidente

Antoni Almela Casanova
Diretor-Geral

Vicente de Angel Zafra
Operações

Sérgio Soares dos Santos
Planejamento, Ingressos e Regulação

Kátia Valverde Junqueira
Serviços Jurídicos

Jorge Henrique da Silva Baeta
Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores

Miguel Marcelo Napolitano e Daniela Helena Napolitano
Comercial

Katia Brito Repsold
Gestão de Rede

Mário Jose Nevares Cadengue
Clientes

Gilberto Guimarães Rosa da Silva
Serviços Compartilhados

Daniele Viana Toval Conrado
Recursos Humanos

Marcio Gomes Vargas
Controle de Gestão

Fernanda Amaral Mendes Alves
Comunicação

Flávio Campos
Informática

Ana Carolina Almeida
Auditoria Interna

Desempenho Econômico-financeiro

Relatório dos auditores independentes sobre as
demonstrações financeiras 60

Demonstrações financeiras de acordo com
as práticas contábeis adotadas no Brasil
em 31 de dezembro de 2015 64

Parecer do Conselho Fiscal 112

ceg

gasNatural 
fenosa

Relatório dos auditores
independentes
sobre as demonstrações
financeiras



Fernando Babio.
Paisagem na neblina 2
(*Paisaje en la niebla 2*).
1978.
38 x 47 cm.
Óleo sobre tela.
Museu de Arte
Contemporânea (MAC)
da Gas Natural Fenosa.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e aos Acionistas Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. – Ceg

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. – Ceg (a “Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia.

Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. – Ceg em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Informação suplementar – demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 30 de janeiro de 2015, sem ressalvas.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2016

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “F” RJ

Maria Salete Garcia Pinheiro
Contadora CRC 1RJ048568/O-7

Demonstrações
Financeiras de acordo
com as práticas contábeis
adotadas no Brasil em
31 de dezembro de 2015



Manuel Ángeles Ortiz.
Albaicín.
1958.
54,2 x 66,5 cm.
Óleo sobre tela.
Museu de Arte
Contemporânea (MAC)
da Gas Natural Fenosa.



Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

Em milhares de reais

Ativo	2015	2014
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	48.239	50.136
Contas a receber de clientes (Nota 8)	446.190	454.322
Tributos a recuperar (Nota 9)	40.666	21.492
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 11)	1.702	2.002
Adiantamentos a fornecedores	463	1.349
Cessão de crédito	2.088	4.083
Demais contas a receber (Nota 12)	2.283	2.327
Estoques	1.846	1.682
Despesas antecipadas	421	577
	543.898	537.970
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Ativos fiscais diferidos (Nota 10)	93.179	93.494
Tributos a recuperar (Nota 9)	24.564	23.601
Demais contas a receber (Nota 12)	478	15.139
Depósitos judiciais (Nota 13)	102.941	95.527
Outros realizáveis a longo prazo	3.933	229
	225.095	227.990
Investimentos	380	380
Intangível (Nota 14)	1.870.892	1.705.918
Diferido (Nota 15)	19.517	43.711
	2.115.884	1.977.999
Total do ativo	2.659.782	2.515.969

Passivo e patrimônio líquido	2015	2014
Circulante		
Fornecedores (Nota 16)	307.760	330.565
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	333.834	129.804
Concessão a pagar (Nota 18)	50.830	50.830
Obrigações trabalhistas	7.746	7.374
Tributos a recolher (Nota 19)	68.957	97.033
Obrigações com fundo de pensão (Nota 22)	1.122	12.138
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 11)	10.045	579
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio (Nota 21.2 (c))	73.759	85.191
Demais contas a pagar (Nota 27.4)	8.188	25.359
	862.241	738.873
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	543.744	604.484
Obrigações com fundo de pensão (Nota 22)	104.079	104.755
Provisão para contingências (Nota 23)	75.808	78.193
Concessão a pagar (Nota 18)	-	50.830
	723.631	838.262
Total do passivo	1.585.872	1.577.135
Patrimônio líquido (Nota 22)		
Capital social	442.830	362.586
Reserva de capital	2.194	2.194
Reservas de lucros	653.464	598.322
Ajuste de avaliação patrimonial	(24.578)	(24.268)
Total do patrimônio líquido	1.073.910	938.834
Total do passivo e patrimônio líquido	2.659.782	2.515.969

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2015	2014
Receita líquida (Nota 25)	3.728.091	3.524.104
Custo do serviço (Nota 26)	(2.800.907)	(2.601.949)
Lucro bruto	927.184	922.155
Despesas gerais e administrativas (Nota 28)	(393.289)	(364.483)
Outras receitas, líquidas (Nota 29)	(16.276)	(26.166)
Lucro operacional	517.619	531.506
Resultado financeiro, líquido (Nota 30)	(101.419)	(59.162)
Receitas financeiras	26.096	26.930
Despesas financeiras	(127.515)	(86.092)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	416.200	472.344
Imposto de renda e contribuição social – Corrente (Nota 20 e 10)	(131.334)	(152.841)
Imposto de renda e contribuição social – Diferido (Nota 20 e 10)	(474)	1.425
Lucro (prejuízo) do exercício	284.392	320.928
Quantidade de ações em circulação	51.927.546	51.927.546
Lucro básico por ação	5,48	6,18

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
Em milhares de reais

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	284.392	320.928
Outros componentes do resultado abrangente		
Ganho/(Perda) atuarial de fundo de pensão (Nota 22)	310	6.951
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	310	6.951
Total do resultado abrangente do exercício	284.702	327.879

Os itens na demonstração de resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos. Os efeitos fiscais de cada componente do resultado abrangente estão apresentados na Nota 22.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital – incentivos fiscais	Reservas de Lucros					Total
			Legal	Expansão	Dividendo adicional proposto	Lucros Acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	
Em 31 de dezembro de 2013	362.343	2.194	72.468	290.362	255.578	-	(31.219)	951.724
Aumento de capital	243	-	-	(243)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	320.928	-	320.928
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	(255.579)	-	-	(255.579)
Despesas com fundo de pensão	-	-	-	-	-	-	6.951	6.951
Reserva legal	-	-	49	-	-	(49)	-	-
Juros sobre o capital próprio – mínimo obrigatório (R\$ 0,7001 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(36.356)	-	(36.356)
Dividendos propostos (R\$ 4,6345 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(48.834)	-	(48.834)
Dividendos adicionais sujeito a aprovação	-	-	-	-	235.689	(235.689)	-	-
Em 31 de dezembro de 2014	362.586	2.194	72.517	290.119	235.688	-	(24.268)	938.834
Aumento de capital	80.244	-	-	(80.244)	-	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	(75.250)	-	-	(75.250)
Destinação do lucro do exercício anterior	-	-	-	160.440	(160.440)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	284.392	-	284.392
Despesas com fundo de pensão	-	-	-	-	-	-	(310)	(310)
Destinação do lucro:								
Reserva legal	-	-	14.220	-	-	(14.220)	-	-
Juros sobre o capital próprio – mínimo obrigatório (R\$ 0,87534 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(45.453)	-	(45.453)
Dividendos propostos (R\$ 3,9023 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(28.305)	-	(28.305)
Dividendos adicionais sujeito a aprovação	-	-	-	-	196.414	(196.414)	-	-
Em 31 de dezembro de 2015	442.830	2.194	86.737	370.315	196.413	-	(24.578)	1.073.910

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

Em milhares de reais

	2015	2014 Reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	416.200	472.343
Ajustes		
Amortizações do intangível e diferido	108.572	99.299
Juros, IOF, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos	101.921	52.439
Contingências	(2.385)	7.180
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.419	4.857
	627.727	636.118
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	4.713	(101.216)
Tributos a recuperar e diferidos	145.418	184.467
Estoques	(164)	(427)
Cessão de crédito	1.995	(1.799)
Outros ativos	4.631	(9.932)
Concessão a pagar	(50.830)	101.660
Fornecedores	28.025	(18.902)
Obrigações trabalhistas	372	417
Tributos a recolher	(158.640)	(172.358)
Partes relacionadas	9.766	200
Obrigações com fundo de pensão	(12.002)	(12.556)
Outros passivos	(17.172)	(24.933)
Caixa proveniente das operações	583.839	580.739
Juros pagos	(81.584)	(39.366)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(165.240)	(172.931)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	337.015	363.473
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do intangível	(300.223)	(276.860)
Recebimento de venda de ativo intangível	41	10
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(300.182)	(276.850)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimo	(57.047)	(67.477)
Ingressos de empréstimo	180.000	310.000
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(155.468)	(335.801)
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(6.215)	(4.969)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(38.731)	(93.278)
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.897)	(6.555)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	50.136	56.791
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	48.239	50.136
Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa (Nota 18)	50.830	101.660

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

Em milhares de reais

	2015	2014
Receitas		
Vendas de gás, serviços e contratos de construção	4.269.995	4.044.338
Outras receitas operacionais	1.933	1.118
Constituição de provisão para contas de cobrança duvidosa	(8.039)	(7.199)
	4.263.889	4.038.257
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo de gás vendido e dos serviços prestados	(2.781.303)	(2.583.997)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais e respectivos impostos indiretos	(533.252)	(484.701)
	(3.314.555)	(3.068.698)
Valor adicionado bruto	949.334	969.559
Retenções		
Amortização	(108.572)	(99.299)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	840.762	870.264
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	26.095	26.930
Valor adicionado total a distribuir	866.857	897.194
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	63.523	58.905
Benefícios	18.315	15.558
Honorários da diretoria	4.319	3.905
	86.157	78.368
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	229.548	258.451
Estaduais	126.533	141.941
Municipais	2.224	1.869
	358.305	402.261
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	127.515	86.092
Aluguéis	10.488	9.545
	138.003	95.637
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre capital próprio	45.452	36.356
Dividendos propostos	224.720	284.523
Lucros retidos	14.220	49
	284.392	320.928
Valor adicionado distribuído	866.857	897.194

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – Ceg tem como objetivo, no âmbito de sua concessão, operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, no Estado do Rio de Janeiro e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todos os subprodutos resultantes, pelo período de trinta anos, contados a partir de 21 de julho de 1997 (data da privatização), prorrogáveis, a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro, por igual período de tempo e por uma única vez.

A área de concessão da Ceg inclui a cidade do Rio de Janeiro e os seguintes municípios que integram a sua região metropolitana: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, Tanguá, Seropédica e São João de Meriti.

De acordo com o Edital de Venda PED/ERJ nº 02/1997 e com o contrato de concessão, a Ceg deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela integridade dos mesmos;
- manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- providenciar, desde que haja disponibilidade de gás natural e não havendo negativa dos consumidores, a total conversão do sistema de distribuição para a utilização de gás natural, no prazo máximo de noventa meses, contados da assinatura do contrato, sendo que 25% das unidades residenciais e comerciais deverão estar aptas a ser abastecidas com gás natural até o final do quadragésimo oitavo mês. Ambos os prazos previstos foram integralmente cumpridos na forma do contrato de concessão.
- atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- substituir as garantias de natureza real e/ou as fianças, prestadas pelo Governo do Estado ou qualquer outra pessoa jurídica de direito público, em operações financeiras realizadas pela Companhia (concluído);
- manter em operação o Instituto de Seguridade Social da Ceg – Gasius;
- manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro; e
- cumprir integralmente o acordo coletivo de trabalho vigente, durante o prazo nele estipulado.

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

Na hipótese de extinção da concessão, a Companhia seria indenizada pelo valor residual dos bens integrantes da concessão (Notas 2.11 e 14).

A Companhia é uma sociedade anônima sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, controlada pelo grupo Gas Natural Fenosa cuja sede é em Barcelona – Espanha, e está registrada na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores de Mercadorias e Futuros.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração da Companhia em 15 de março de 2016.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos, quando aplicável) mensurados ao valor justo.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e em consonância com os requerimentos do CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais e estratégicas, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva. Ver detalhes na Nota 24.

2.3 Moeda funcional

Os itens incluídos nas informações anuais são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As informações anuais da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa qualificadas.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses, ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Nas demonstrações do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados em contas garantidas, quando aplicável. Essas contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial na rubrica de “Empréstimos e financiamentos”, no passivo circulante.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado e como disponíveis para venda.

(a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a partes relacionadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber, caixa e equivalentes de caixa e depósitos judiciais.

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis e os títulos mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6 *Impairment* de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de

impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

(i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor (mais de seis meses de atraso);

(ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

(iii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

(iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia, em primeiro lugar, se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante de perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, normalmente, as contas a receber são recinhecidos pelos valores nominais das faturas emitidas. Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD” ou “*impairment*”), considerando os critérios descritos na Nota 2.6.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber e cheques a depositar, os quais são apresentados líquidos das respectivas provisões.

2.8 Estoques

Referem-se, principalmente, a bens para instalação e itens de almoxarifado e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável.

2.9 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

2.10 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Estes depósitos são atualizados monetariamente (vide Nota 13).

2.11 Ativos intangíveis

(i) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível (i) os valores pagos ao Poder Concedente como contraprestação da concessão e (ii) os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão (infraestrutura), líquidos de amortização. O valor da concessão é amortizado pelo prazo residual da concessão e a amortização dos custos da infraestrutura é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços ou prazo do contrato, dos dois o menor.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05, a administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflète o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos.

(ii) Programas de computador (*softwares*)

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 14.

(iii) Servidão de passagem

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitado ao prazo de concessão (Nota 14).

2.12 Diferido

Refere-se a gastos incorridos, principalmente, para captação de novos clientes até 31 de dezembro de 2008. É amortizado pelo prazo de 10 anos a partir da data da conclusão dos trabalhos em cada área geográfica, quando os benefícios começaram a ser gerados (Nota 13).

Conforme Lei nº 11.941/09 e o Pronunciamento Técnico CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, estes gastos permanecerão registrados no ativo diferido até sua amortização total. A partir de 2009, os gastos dessa natureza passaram a ser reconhecidos no resultado do exercício.

2.13 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização, são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço. Fruto dessa avaliação, não foi identificada qualquer perda a ser reconhecida até 31 de dezembro de 2015.

2.14 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.15 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já incorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para

liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.17 Benefícios a funcionários**(a) Obrigações de aposentadoria**

O passivo relacionado aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor justo dos ativos do plano, ajustados pelo custo de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

O custo do serviço passado é o aumento no valor presente da obrigação de benefício quando da introdução ou mudança no plano de benefício pós-emprego, resultante de serviços prestados pelos empregados participantes em períodos passados. Ganhos e perdas atuariais compreendem (i) os ajustes de experiência, ou seja, os efeitos de diferenças entre as premissas atuariais adotadas e as efetivamente ocorridas; (ii) os efeitos de alterações de premissas atuariais.

A Companhia adotou o método de reconhecimento imediato dos ganhos e perdas atuariais que está de acordo com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 33, aprovado pela Deliberação CVM nº 600/09, que trata de benefícios a empregados. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos no resultado abrangente, ficando a variação dentro do patrimônio, nunca transitando pelo resultado (outros resultados abrangentes não reclassificáveis). Este método suaviza as flutuações no resultado, tendo o efeito diluído no patrimônio e, em adição, mantém o passivo por um valor adequado.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 600 de 7 de outubro de 2009, a Companhia, com base em estudo atuarial, apurou os passivos oriundos dos benefícios futuros a que os funcionários têm direito (Nota 22).

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) aprovado pela Deliberação CVM nº 695/12, a Companhia adotou a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida, que não gerou aumento significativo do custo do plano no resultado do exercício.

(b) Outras obrigações pós-aposentadoria

A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano de assistência médica pós-aposentadoria. O direito a esses benefícios é concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

(c) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.18 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.19 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, calculada com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

Para efeito de apresentação das demonstrações contábeis, os juros sobre o capital próprio são reclassificados para a conta de lucros acumulados.

2.20 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

(b) Venda de mercadorias

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizados, como aquecedores e acessórios e classifica como “Outras receitas e despesas operacionais” na demonstração do resultado. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o (retirados no) local especificado; (ii) os riscos de

obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas de equipamentos são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito.

(c) Serviços de Construção

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato da Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

(e) Cessão de crédito

Consiste na compra dos direitos de recebimento pela venda de produtos ou serviços de clientes do Grupo Gas Natural Fenosa, à empresas do grupo, de modo que a Companhia se encarrega de cobrá-los nas contas de consumo de gás. O reconhecimento desta receita é feito no momento da emissão das contas de gás.

2.21 Demonstrações do valor adicionado

Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. A primeira parte da DVA apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros, e pelo valor adicionado recebido de terceiros. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.22 Resultado básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do ano pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período.

2.23 Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

• IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros” aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

• IFRS 15 – “Receita de Contratos com Clientes” – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 – “Contratos de Construção”, IAS 18 – “Receitas” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

• IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Ceg.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Reconhecimento da receita de venda de gás

Para a mensuração da receita pela venda de gás é efetuada estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na Nota 8, a receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 197.318 (R\$ 217.974 em 31 de dezembro de 2014).

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais

Esses impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber, sendo considerado o prazo de 180 dias.

Caso todas as contas a receber vencidas e não *impaired* fossem consideradas não recuperáveis, a Companhia sofreria uma perda adicional em 31 de dezembro de 2015 de R\$ 68.853 (R\$ 52.713 em 31 de dezembro de 2014).

(d) Vida útil do ativo intangível

A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pela Companhia. Anualmente a Companhia revisa a vida útil desses ativos.

(e) Provisão para contingência

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

(f) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 22.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Financeira da Companhia identifica, avalia e aplica política de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder concedente e levam em consideração o aumento

dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI e TJLP. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados.

A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2015, não existia nenhum derivativo contratado com a finalidade de proteção à exposição a taxas de juros e risco cambial.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco cambial, quando aplicável, decorre de operações de empréstimos indexadas a moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos. A política adotada está descrita no item 4.1 acima.

(ii) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada nos prazos descritos na Nota 8. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

O passivo circulante está superior ao ativo circulante em função da transferência de dívida de longo prazo para curto, com vencimento inferior a 12 meses, que será objeto de refinanciamento ao longo do exercício. Não observamos riscos ao refinanciamento uma vez que a Ceg goza de boa avaliação creditícia. Em comparação com outras atividades empresariais, as concessionárias de distribuição de gás natural canalizado se diferenciam por não possuírem estoques de gás, o que reduz o ativo circulante.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais quando forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2015			
Empréstimos e financiamentos	357.617	401.551	306.253
Contas a pagar – assunção de dívida	1.179		
Em 31 de dezembro de 2014			
Empréstimos e financiamentos	129.804	162.793	441.691
Contas a pagar – assunção de dívida	12.138	1.011	-

Observações:

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos.

(ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da administração.

(iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Do montante de longo prazo demonstrado anteriormente, a Companhia não pretende realizar antecipações.

(d) Análise de sensibilidade à variação das taxas do CDI e TJLP

A Companhia mantém grande parte de sua dívida e das suas disponibilidades indexadas às variações do CDI e TJLP (somente financiamento). Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava uma dívida líquida de R\$ 820.939, representada pelo valor dos empréstimos e financiamentos, líquidos de caixa e aplicações financeiras.

A expectativa de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data base de 31 de dezembro de 2015, indicava uma taxa mediana da Selic em 15,38%. A TJLP estimada é de 7,5%, cenário provável para o ano de 2016.

Adicionalmente, a Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Operação	Cenário provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário II Deterioração 50%
Taxa efetiva anual do CDI em 31/12/2015 – %	14,14	14,14	14,14
Dívida líquida – bancos	759.488	759.488	759.488
Taxa anual estimada do CDI em 31/12/2015 – %	15,27	19,09	22,91
Despesa financeira	8.582	37.576	66.569
IR e CS	2.918	12.776	22.663
Despesa financeira depois dos impostos	5.664	24.800	43.936

Operação	Cenário provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário II Deterioração 50%
Taxa TJLP e 31/12/2015 – %	7,00	7,00	7,00
Dívida líquida – BNDES	61.451	61.451	61.451
Taxa TJLP estimada em 31/12/2015 – %	7,50	9,38	11,25
Despesa financeira	307	1.459	2.612
IR e CS	104	496	888
Despesa financeira depois dos impostos	203	963	1.724

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da mesma para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 podem ser assim sumariados:

	2015	2014
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 17)	877.579	734.288
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(48.239)	(50.136)
Dívida líquida	829.340	684.152
Total do patrimônio líquido	1.073.910	938.834
Total do capital próprio e de terceiros	1.903.250	1.622.986
Índice de alavancagem financeira – %	43	42

O índice de alavancagem financeira em 2015 se manteve estável em comparação com o último ano. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos. A Companhia considera como ponto de equilíbrio um índice de alavancagem financeira de até 50%, sendo assim, o índice de 2015 está dentro da expectativa da Administração.

A política da Companhia de buscar financiamentos preferencialmente junto a entidades multilaterais como o BNDES, tem colaborado para que a Ceg mantenha os custos financeiros alinhados com o retorno esperado de seus projetos. As necessidades de caixa são supridas e administradas com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com entidades financeiras (Nota 17).

A Companhia não tem encontrado dificuldades para refinarçar seus empréstimos e financiamentos, bem como para a captação de novos recursos junto às instituições bancárias.

4.3 Instrumentos financeiros

(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Quando aplicável, a Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de *swap*.

Não foram contratadas operações com instrumentos derivativos.

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

(b) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Conselho de Administração auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que geralmente proíbem negociações especulativas e venda a descoberto.

5 Instrumentos financeiros por categoria

	2015	2014
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	520.668	489.762
Caixa e equivalentes de caixa	48.239	50.136
Depósitos Judiciais	102.941	95.527
	<u>671.848</u>	<u>635.425</u>
	2015	2014
Outros passivos financeiros		
Empréstimos	877.579	734.288
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	371.805	381.974
	<u>1.249.384</u>	<u>1.116.262</u>

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos de primeira linha.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Caixa	64	79
Bancos	48.175	23.650
Aplicações	-	26.407
	<u>48.239</u>	<u>50.136</u>

A Companhia fechou o ano de 2015 sem valores aplicados e teve como remuneração a taxa média de 100% do CDI no ano de 2014.

8 Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), prestação de serviços e vendas de equipamentos como demonstrado a seguir:

	2015	2014
Faturado		
Consumidores		
Do setor privado	271.157	254.495
Do setor público	13.077	10.780
	284.234	265.275
Não faturado		
Consumidores		
Do setor privado	194.718	215.647
Do setor público	2.600	2.327
	197.318	217.974
Vendas de equipamentos	3.497	6.513
	485.049	489.762

A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada abaixo:

	2015	2014
A vencer		
Faturado	180.019	183.634
Não faturado	197.318	217.974
Vencidas		
Até três meses	59.469	46.497
De três a seis meses	9.384	6.215
Acima de seis meses (a)	38.859	35.442
	485.049	489.762

(a) A totalidade dos créditos com clientes que possuem débitos vencidos há mais de seis meses é objeto de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Após 30 dias de atraso no pagamento da fatura, os clientes residenciais e comerciais, têm o fornecimento de gás paralisado. Para os clientes industriais, o fornecimento é suspenso em 10 dias.

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa segue demonstrada abaixo:

	2015	2014
Em 1º de janeiro	35.440	30.583
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	33.032	26.451
Recuperação de provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(29.613)	(21.594)
Em 31 de dezembro	38.859	35.440

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações contábeis é o valor contábil das contas a receber demonstrada acima. Em garantia das obrigações assumidas com o fundo de pensão Gasius, a Ceg cedeu o direito de recebimento de contas de gás no exato valor da dívida, caso exigido por ausência de pagamento.

9 Tributos a recuperar

	2015	2014
Outros (a)	18.029	15.221
FINSOCIAL (b)	13.800	13.800
ICMS a recuperar (c)	12.935	11.868
Contribuição Social (d)	17.265	1.535
Imposto de renda retido na fonte	3.201	2.669
	65.230	45.093
Circulante	(40.666)	(21.492)
Não circulante – Realizável a longo prazo	24.564	23.601

(a) Refere-se, principalmente, a valores estimados de crédito de Pis e Cofins sobre aquisição do gás da Petrobras, que é estornado no mês subsequente ao fornecimento do gás, no momento do registro da nota fiscal de entrada emitida pela Petrobras. O aproveitamento do crédito do Pis e Cofins é realizado pelo registro da nota fiscal, não sendo utilizado os valores estimados.

(b) Refere-se, substancialmente, a créditos do processo do Finsocial, transitado em julgado com expectativa de realização a longo prazo (Nota 23(a)(iii)). Por conservadorismo, a Companhia não está corrigindo os créditos do processo Finsocial.

(c) Refere-se, a ICMS a recuperar decorrente de aquisições do ativo intangível, no montante de R\$ 3.592 (R\$ 4.140 em 31 de dezembro de 2014), sendo R\$ 2.171 com expectativa de realização a curto prazo e R\$ 1.421 com expectativa a longo prazo, além de R\$ 9.343 classificados no longo prazo, (R\$ 7.728 em 31 de dezembro de 2014) referente, principalmente, a créditos de ICMS sobre patrocínios acumulados até o período a serem utilizados em períodos seguintes.

(d) Refere-se a antecipações mensais de contribuição social. A variação ocorrida está relacionada com as antecipações mensais feitas com base na Receita Bruta, assim, o aumento nesta base implica no recolhimento maior. Levando-se ainda em consideração a diminuição do resultado tributável em 2015, comparando com o ano de 2014, tivemos uma obrigação menor (menor CSLL a Pagar) e, dessa forma, um saldo maior a compensar em comparação ao período citado. É razoável pressupor que o saldo de 17 milhões será realizado em 2016, haja vista a média anual de recolhimento, superior à 100 milhões/ano e devido a isto entendemos não ser aplicável a classificação entre Curto prazo (CP) e Longo prazo (LP).

10 Ativos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(a) Composição

	2015	2014
Imposto de renda e contribuição social diferidos	93.179	93.494
	93.179	93.494

O imposto de renda e a contribuição social diferido ativo são calculados sobre os seguintes eventos:

	2015	2014
Obrigações de fundo de pensão	51.430	49.339
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.792	4.870
Provisão para contingências	28.677	30.675
Mudança de prática – novos CPCs (*)	(4.886)	(3.874)
Fornecedores	7.132	5.450
Outras	6.034	7.034
Ativo não circulante	93.179	93.494

(*) Os principais itens das mudanças de prática são:

	2015	2014
Receita de ajuste a valor presente	(895)	(853)
Juros e variação monetária Gasius (nota 22)	(3.991)	(3.021)
	(4.886)	(3.874)

(b) Movimentação

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é demonstrada como segue:

	IR e CS diferidos ativos sobre						
	Obrigações de fundo de pensão	Provisão para devedores duvidosos	Provisão para contingências	Mudanças de práticas	Fornecedores	Outras provisões	Total
Em 31 de dezembro de 2014	49.339	4.870	30.675	(3.874)	5.450	7.034	93.494
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	1.932	(78)	(1.998)	(1.012)	1.682	(1.000)	(474)
Creditado (debitado) no Imposto corrente	159						159
Em 31 de dezembro de 2015	51.430	4.792	28.677	(4.886)	7.132	6.034	93.179

(c) Realização

Os ativos fiscais diferidos referem-se a diferenças temporárias, sendo que os mesmos serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

A Companhia possui projeções de realizar os créditos até 2022, conforme demonstrado a seguir:

2016	14.001
2017	17.995
2018	17.995
2019	17.995
2020	17.995
2021	3.599
2022	3.599
	93.179

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

11 Transação com partes relacionadas

	Ativo circulante	Passivo Circulante	Passivo não circulante	Receitas	Despesas
A receber/pagar					
Gas Natural SDG, S.A.	129	186	-	-	6.845
Gás Natural Informática	-	9.859	-	-	3.958
Gás Natural Serviços Integrales	-	-	-	-	476
Gás Fenosa Engineering	-	-	-	397	-
Ceg Rio S.A.	1.427	-	-	12.658	-
Gás Natural São Paulo Sul S.A.	111	-	-	1.140	-
Gás Natural Serviços S.A.	33	-	-	255	-
Gás Natural do Brasil S.A.	2	-	-	16	376
Empréstimos e financiamentos					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (Nota 18)		26.972	38.719		
Em 31 de dezembro de 2015	1.702	37.017	38.719	14.466	11.655
Em 31 de dezembro de 2014	2.002	58.023	65.400	13.192	10.767

Os saldos a receber e a pagar com partes relacionadas referem-se, substancialmente, a prestação de serviços de informática, aluguéis de hardware e ressarcimento de custos relacionados à cessão de mão de obra, e também a cessão de crédito.

Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores e membros do comitê executivo. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	2015	2014
Salários e encargos	5.389	4.566
Honorários de diretoria	3.882	3.726
Participação nos lucros	1.302	1.055
Planos de aposentadoria e pensão	160	130
Outros benefícios	898	997
	11.631	10.476

12 Demais contas a receber

	2015	2014
Adiantamentos a funcionários	534	483
Cartões corporativos	306	203
Outros devedores (i)	1.921	16.780
	2.761	17.466
Circulante	(2.283)	(2.327)
Não circulante	478	15.139

(i) O saldo remanescente, no ano de 2014, registrado no ativo não circulante referente ao auto de infração recebido em 9 de abril de 2010 no montante de R\$ 14,7 milhões pela ausência de recolhimento de ICMS. Este contas a receber foi baixado uma vez que a Companhia logrou êxito em ação judicial no mês de maio de 2015 e foi ressarcida dos valores pagos em duplicidade.

13 Depósitos judiciais

	2015	2014
ICMS (a)	3.316	2.994
INSS (a)	18.676	18.640
Processo Administrativo – SRF (b)	6.829	6.387
CIDE (c)	11.056	9.814
Penhora Judicial (d)	23.209	19.905
Trabalhistas (e)	28.497	28.894
Outros	11.358	8.893
	102.941	95.527

(a) Referem-se a depósitos para recursos de autos de infração de ICMS e INSS. A correspondente provisão não foi registrada, pois a administração e seus consultores jurídicos julgam que os autos são improcedentes.

(b) Refere-se a depósito para obtenção, junto à Secretaria da Receita Federal, de Certidão Positiva com efeito de Negativa, tendo em vista se tratar de cobrança por suposta falta de recolhimento de PIS incluído da Declaração de Débitos e Créditos Federais (DCTF). A correspondente provisão não foi registrada, pois a administração e seus consultores jurídicos julgam que os autos são improcedentes. Foi feito um pedido de liminar em Mandato de Segurança para a suspensão da exigibilidade do tributo para obtenção da Certidão Fiscal.

(a) Refere-se a Contribuição sobre Intervenção de Domínio Econômico – CIDE (Nota 24(a)).

(b) Refere-se a penhoras em ações trabalhistas (R\$12.377) e cíveis (R\$10.832). Nas penhoras cíveis, destacam-se execuções judiciais propostas, na sua maioria em 2013, referentes a multas aplicadas pela Agenesra (R\$4.638).

(c) Refere-se a depósitos para recursos de processos trabalhistas de ex-funcionários e terceirizados. Devido a quantidade de processos não há o que destacar já que os valores estão pulverizados.

14 Intangível

	Concessão para exploração de serviços públicos (a)	Servidões de passagem (b)	Software	Contrato de concessão	Total em operação	Contrato de Concessão em andamento (c)	Software em desenvolvimento (d)	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2014	-	751	10.766	1.220.452	1.231.969	158.872	4.028	1.394.869
Aquisição	152.490	-	4.029	40.905	197.424	167.594	17.532	382.550
Baixa líquida	-	-	-	(10)	(10)	-	-	(10)
Transferência para intangível em operação	-	-	-	149.464	149.464	(149.464)	(4.029)	(4.029)
Amortização	-	(147)	(3.983)	(63.330)	(67.460)	-	-	(67.460)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	152.490	604	10.812	1.347.481	1.511.387	177.001	17.531	1.705.918
Custo total	152.490	3.627	81.735	2.178.467	2.416.319	177.001	17.531	2.610.851
Amortização acumulada	-	(3.023)	(70.923)	(830.986)	(904.932)	-	-	(904.933)
Valor residual	152.490	604	10.812	1.347.481	1.511.387	177.001	17.531	1.705.918
Saldo em 1 de janeiro de 2015	152.490	604	10.812	1.347.481	1.511.387	177.001	17.531	1.705.918
Aquisição	-	-	2.772	33.209	35.981	212.719	16.448	265.148
Ajuste a valor presente	(15.755)	-	-	-	(15.755)	-	-	(15.755)
Baixa líquida	-	-	-	(41)	(41)	-	-	(41)
Transferência para intangível em operação	-	-	-	136.742	136.742	(136.742)	-	-
Amortização	(9.058)	(147)	(3.565)	(71.609)	(84.379)	-	-	(84.379)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	127.677	457	10.019	1.445.783	1.583.936	252.978	33.979	1.870.892
Custo total	152.490	3.627	84.507	2.348.378	2.589.001	252.978	33.979	2.875.958
Amortização acumulada	(9.058)	(3.170)	(74.488)	(902.595)	(989.311)	-	-	(989.312)
Valor residual	143.432	457	10.019	1.445.783	1.599.691	252.978	33.979	1.886.646
Taxas anuais de amortização (%)	8	5 e 6,7	20					

(a) Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.

(b) Contrato de concessão possui um custo de aquisição no valor de 152.490 referentes ao aditivo contratual firmado entre a Ceg e o Estado do Rio de Janeiro em 01/12/2014, onde a Ceg passa a deter o direito de abastecer as regiões de Mangaratiba e Maricá com GNC/GNL. O valor foi dividido em 3 parcelas de R\$ 50.830, sendo a 1ª parcela paga em 11/12/2014 a 2ª parcela paga em 23/12/2015 e a terceira está prevista para pagamento em 30/12/2016. O valor da 3ª parcela está reconhecida no passivo circulante sobre a denominação de concessão a pagar. A amortização do valor total da Concessão se dará por 151 meses com início em 01/01/2015. A Companhia vem realizando a contabilização do ajuste ao valor presente no ativo e passivo, com reconhecimento de despesa financeira no passivo para recompor o valor nominal.

(c) Contrato de concessão em andamento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações dos sistemas informatizados.

(d) *Software* em desenvolvimento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

Os juros capitalizados no período findo em 31 de dezembro de 2015 foram de R\$ 22.022 (R\$ 11.791 em 31 de dezembro de 2014) à taxa média de 14,34% (11,68% em 31 de dezembro de 2014).

	Terrenos	Edificações e obras civis	Instalações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática hardware	Móveis e utensílios	Veículos	Rede de gás	Outros	Total contrato de concessão
Saldos em 1 de janeiro de 2014	1.890	6.770	1.822	17.678	2.731	4.118	4.853	1.178.619	1.968	1.220.452
Aquisição	-	-	-	1.580	4.050	4.711	1.705	23.359	5.500	40.905
Baixa líquida	-	-	-	-	-	-	-	(10)	-	(10)
Transferência para intangível em operação	-	702	-	-	-	-	-	148.762	-	149.464
Amortização	-	(515)	(86)	(2.909)	(898)	(701)	(1.294)	(55.282)	(1.644)	(63.330)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.890	6.957	1.736	16.349	5.883	8.128	5.264	1.295.448	5.824	1.347.481
Custo total	1.890	32.221	11.569	112.437	27.221	16.994	16.878	1.949.985	9.270	2.178.467
Depreciação acumulada	-	(25.264)	(9.833)	(96.088)	(21.338)	(8.866)	(11.614)	(654.537)	(3.446)	(830.986)
Valor contábil atual	1.890	6.957	1.736	16.349	5.883	8.128	5.264	1.295.448	5.824	1.347.481
Saldos em 1 de janeiro de 2015	1.890	6.957	1.736	16.349	5.883	8.128	5.264	1.295.448	5.824	1.347.481
Aquisição	-	-	-	1.699	757	1.245	1.411	27.489	610	33.209
Baixa líquida	-	-	-	-	-	-	-	(41)	-	(41)
Transferência para intangível em operação	-	2.280	-	-	-	-	-	134.462	-	136.742
Amortização	-	(591)	(85)	(2.987)	(1.538)	(1.072)	(1.598)	(61.126)	(2.612)	(71.609)
Ajustes	-	-	-	(1)	1	-	-	-	(1)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.890	8.646	1.651	15.060	5.102	8.301	5.077	1.396.232	3.821	1.445.783
Custo total	1.890	34.501	11.569	114.135	27.979	18.239	18.289	2.111.895	9.879	2.348.378
Depreciação acumulada	-	(25.885)	(9.918)	(99.075)	(22.876)	(9.938)	(13.212)	(715.663)	(6.058)	(902.595)
Valor contábil atual	1.890	8.646	1.651	15.060	5.102	8.301	5.077	1.396.232	3.821	1.445.783
Taxas anuais de depreciação (%)	-	4	30 a 20	10 e 20	20	10	20	30	Diversas	

15 Diferido

	Conversão	Captação de Clientes	Outros	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2014	29.330	46.220	-	75.550
Aquisição	-	-	-	-
Amortização	(14.363)	(17.476)	-	(31.839)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	14.967	28.744	0	43.711
Custo total	237.719	200.920	1.109	439.748
Amortização acumulada	(222.752)	(172.176)	(1.109)	(396.037)
Valor residual	14.967	28.744	-	43.711
Saldos em 1 de janeiro de 2015	14.967	28.744	0	43.711
Aquisição	-	-	-	-
Amortização	(9.872)	(14.322)	-	(24.194)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	5.095	14.422	0	19.517
Custo total	237.719	200.920	1.109	439.748
Amortização acumulada	(232.624)	(186.498)	(1.109)	(420.231)
Valor residual	5.095	14.422	0	19.517
Taxas anuais de amortização (%)	10	10	10	

Os gastos são compostos por duas atividades:

. Projeto de conversão de gás manufacturado para gás natural, que engloba os gastos de revisão das instalações internas e dos equipamentos a gás, de propriedade do cliente, e a transformação de equipamentos a gás manufacturado, a fim de deixá-los aptos ao uso do gás natural.

. Adequação das instalações de gás a partir do medidor, a fim de deixá-las aptas ao uso do gás natural, conforme estabelece o Regulamento de Instalações Prediais (RIP).

Conforme permitido pela Lei nº 11.941/09 e pelo CPC 13, o saldo remanescente do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 que não pôde ser alocado ao ativo imobilizado e intangível permanecerá no ativo sob essa classificação até sua completa amortização, porém sujeito à análise periódica de sua recuperação.

16 Fornecedores

	2015	2014
De gás	243.448	263.279
De materiais	13.988	9.147
De serviços	50.324	58.139
	307.760	330.565

17 Empréstimos e financiamentos

	2015	2014
Empréstimos e financiamentos		
Financiamentos	65.691	122.845
Linhas de crédito	811.888	611.443
	877.578	734.288
Total do passivo		
Circulante	333.834	129.804
Não circulante	543.744	604.484
	877.578	734.288

O valor justo dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se no saldo de empréstimos atualizados a taxa de juros do respectivo contrato de empréstimo até a presente data.

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

			2015	2014		
	Fn (*)	Lc (*)	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
(a) Em moeda nacional						
Banco HSBC S.A.		100%	69.961	310.000	11.282	310.000
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.		100%	110.750		1.882	80.000
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	100%		26.972	38.719	57.444	65.400
Banco Santander S.A.		100%	54.590			44.284
ING Bank		100%	2.873	50.000	52.281	
Banco do Brasil S.A.		100%	68.233	44.800	6.915	104.800
Banco Intesa San Paolo		100%		40.225		
Banco Scotiabank		100%	455	60.000		
Total empréstimos e financiamentos			333.834	543.744	129.804	604.484

(*) Fn - Financiamento, Lc - Linha de Crédito.

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de conversão de rede e de obtenção de novos clientes. A Companhia encerrou o exercício de 2015 com um custo médio de captação de 104% do CDI (105% em 31 de dezembro de 2014).

As operações de financiamentos referem-se a:

(i) Recursos do BNDES para os projetos de ampliação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2015 e tem, como garantia, fiança bancária com custo de 0,5% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de juros de 2,8% ao ano.

(ii) Recursos do BNDES para os projetos de expansão e saturação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2016 e tem como garantia, fiança bancária com custo médio de 0,72% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de juros de 2,3% ao ano.

As operações de linha de crédito servem para financiamento de capital de giro sendo renegociadas durante o ano, com custo médio de captação de 107% do CDI ao ano, e não tem garantias oferecidas e cláusulas de covenants.

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	2015	2014
2016		261.001
2017	326.650	329.231
2018	217.094	14.252
	543.744	604.484

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 30.000.

18 Concessão a pagar

(a) Contrato de concessão possui um custo de aquisição no valor de 152.490 referentes ao aditivo contratual firmado entre a Ceg e o Estado do Rio de Janeiro em 01/12/2014, onde a Ceg passa a deter o direito de abastecer as regiões de Mangaratiba e Maricá com GNC/GNL. O valor foi dividido em três parcelas de R\$ 50.830, sendo a 1ª parcela paga em 11/12/2014 a 2ª parcela paga em 23/12/2015 e a terceira está prevista para pagamento em 30/12/2016. O valor da 3ª parcela está reconhecida no passivo circulante sobre a denominação de concessão a pagar. A amortização do valor total da Concessão se dará por 151 meses com início em 01/01/2015. A Companhia vem realizando a contabilização do ajuste ao valor presente no ativo e passivo, com reconhecimento de despesa financeira no passivo para recompor o valor nominal.

19 Tributos a recolher

	2015	2014
Imposto de renda a pagar	41.062	65.952
ICMS	11.691	20.124
PIS	1.361	1.138
COFINS	6.335	5.242
Outros	14.723	9.548
	75.172	102.004

20 Conciliação de alíquota nominal e efetiva de imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e de contribuição social relacionadas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estão reconciliadas às alíquotas nominais como segue:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição Social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	416.200	416.200	472.344	472.344
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%	(104.050)	(37.458)	(118.086)	(42.511)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	11.363	4.090	9.089	3.272
Adições Permanentes	(4.444)	(1.599)	(2.680)	(965)
Incentivos Fiscais	285		826	
Outros	4	1	(265)	(95)
Despesa de imposto de renda e contribuição social de acordo com a demonstração do resultado	(96.842)	(34.966)	(111.116)	(40.299)
Alíquota efetiva	23	8	24	9

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social

O capital social está representado por 51.927.546 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Capital detido (%)
Residentes no exterior:	
Gas Natural Distribucion Latinoamerica, S.A.	54,16%
Pluspetrol Energy Sociedad Anonima	2,26%
Residentes no país:	
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	34,56%
Fundo de Investimento em Ações – Dinâmica Energia	8,80%
Outros (e ações em tesouraria)	0,22%
	100,00

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

21.2 Reserva de lucros, ajuste de avaliação patrimonial e lucros acumulados

São compostos como segue:

(a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(b) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia.

Até o ano de 2010 a Companhia constituía reserva de expansão, com a finalidade de financiar parte dos investimentos de períodos posteriores. Em 2011, foram investidos cerca de R\$ 110 milhões em programas de conservação, renovação e expansão das redes de gás. Já em 2012 os investimentos chegaram a R\$ 115,5 milhões dos quais de R\$ 79,6 milhões foram aplicados no programa de conservação e renovação das redes de gás e R\$ 35,9 milhões foram destinados ao projeto de expansão. Em função da estrutura de capital da Companhia apresentada no final do exercício de 2014 não foi constituída a reserva de expansão porém, em 2015 conforme definido pela AGOE de 28 de abril de 2015 foi transferido da conta de dividendo adicional proposto para a conta de reserva de expansão o valor de R\$ 160.440. Ademais, foi utilizado da conta de reserva de expansão o valor de R\$ 80.244 para aumento de capital definido na mesma AGOE.

(c) Destinação dos lucros para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio foram apurados de acordo com as disposições estatutárias e a legislação societária brasileira, como segue:

	2015	2014
Lucro líquido considerado como base de cálculo dos dividendos	284.392	320.928
Constituição da reserva legal	(14.220)	(49)
Base de cálculo dos dividendos	270.172	320.879
Dividendos mínimos obrigatórios	73.758	85.191
Distribuição proposta		
Juros sobre o capital próprio	45.453	36.356
Dividendos – parcela do mínimo obrigatório	28.305	48.835
Destinação a aprovar	196.414	235.688
Total	270.172	320.879
Percentual sobre o lucro líquido ajustado	100	100

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2015 aprovou a seguinte distribuição de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014: R\$ 49 em forma de reserva legal, R\$ 36.356 em forma de JCP, 124.082 em forma de dividendos e 160.440 em forma de reserva de expansão.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de dezembro de 2015, aprovou a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação de taxa de juros à longo prazo – TJLP a serem distribuídos aos acionistas no valor R\$ 45.453.

22 Obrigações com fundo de pensão

O fundo de pensão é administrado pelo Instituto de Seguridade Social da Ceg – Gásius entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria, instituída em 1987, patrocinada pela Companhia e que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O Estatuto do Gásius e o Regulamento do plano de benefício estão adaptados à legislação vigente. A confissão de dívida firmada pela Ceg com o Gásius em janeiro de 2004 no valor de R\$ 54.208 está sendo paga em dia.

	2015	2014
Nº participantes Gásius		
Ativos	57	65
Inativos	1.053	1.066
	1.110	1.131

A Companhia é mantenedora dos seguintes planos de benefícios:

Planos de benefícios**(i) Complementação de Aposentadoria tipo Benefício Definido (Plano BD)**

Plano de benefício definido puro, em fase de extinção, instituído em 1987, o qual foi fechado a novas adesões em junho de 2004 e continua mantido apenas para os participantes assistidos e pensionistas e para alguns empregados ainda ativos, em caráter residual.

As contribuições da Companhia apresentam como se segue:

Contribuição normal – destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. É idêntica às contribuições dos participantes e assistidos.

Contribuição especial – destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. Representa 6,3175 vezes as contribuições dos participantes e assistidos. Esta contribuição teve sua cobrança suspensa no ano 2011.

Em 2004, foi firmado um termo de Confissão de Dívida, no montante de R\$ 54.208 (valor original), junto ao plano de pensão Gásius referentes às diferenças de contribuições devidas pela antiga patrocinadora e vertida à menor no período de fevereiro de 1987 e outubro de 1999 e ao saldo das obrigações assumidas pela ceg para a cobertura de riscos prioritários. O prazo para pagamento da referida dívida é de 12 anos a qual possui como base para atualização, o INPC acrescido de juros de 1% ao mês.

Em garantia das obrigações assumidas, a ceg cedeu o direito de recebimento de contas de gás no exato valor da dívida, caso exigido por ausência de pagamento.

(ii) Plano de aposentadoria do ano 1990

Refere-se a benefício de complementação de aposentadoria paga pela Companhia a 13 ex-empregados que no ano 1990 aderiram ao plano especial de desligamento. A estes ex-empregados é paga uma renda mensal vitalícia, não transferível a dependentes, sendo os valores destes benefícios atualizados com a mesma periodicidade e no mesmo percentual base concedido aos empregados ativos por força dos acordos coletivos de trabalho.

(iii) Prêmio aposentadoria

Contempla benefício a ser pago a alguns empregados na data em que se desligarem da empresa por aposentadoria. Este prêmio é garantido aos atuais admitidos antes de 31 de dezembro de 1997, e que vierem a se afastar da Companhia em decorrência de aposentadoria concedida pelo regime da previdência oficial. O valor individual do prêmio é calculado com base no salário do empregado e no tempo de serviço prestado à empresa, sendo seu valor individual máximo equivalente a sete remunerações para empregados que, em 31 de dezembro de 1997, contavam 35 anos ou mais de serviço prestado à Companhia.

(iv) Plano de saúde para aposentados

Trata-se de plano de saúde do tipo administrado, contratado com empresa de medicina de grupo e concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia e, pelo período de sete anos e meio, para os atuais empregados admitidos até aquela data, extensivo a seus dependentes legais. Os titulares do plano participam, em conjunto com a Companhia, do custeio mensal do plano e nos eventos de pequeno risco. A partir de fevereiro de 2011 o plano de saúde deixou de ser contributivo para os novos empregados admitidos a partir desta data.

As contribuições da Companhia para o plano de previdência administrado pelo fundo de pensão e para custeio do plano de saúde administrado diretamente pela empresa, totalizaram:

	2015	2014
Fundo de pensão (Gásius)	2.099	2.040
Assistência médica	5.991	5.097
	<u>8.090</u>	<u>7.137</u>

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é:

	2015	2014
Plano de benefícios – Gásius	1.122	13.149
Benefícios especiais de aposentadoria (Plano 90)	5.203	6.106
Prêmio aposentadoria	1.994	2.285
Assistência médica para aposentados	96.882	95.352
	<u>105.201</u>	<u>116.893</u>
Circulante	(1.122)	(12.138)
Não circulante	<u>104.079</u>	<u>104.755</u>

A movimentação do passivo atuarial em conformidade com a Deliberação CVM nº 600/2009 pode ser assim demonstrada:

	2015	2014
Em 1º de janeiro	116.892	136.400
Custo do serviço corrente	(875)	(653)
Juros sobre obrigações atuariais	48.499	47.949
Rendimento esperado dos ativos do plano	(36.480)	(40.225)
Reconhecimento de ganhos/perdas atuariais	(965)	(10.531)
Benefícios pagos	(1.644)	3.366
Contribuições de patrocinadores	(8.200)	(9.747)
Pagamentos confissão de dívida	(12.912)	(10.892)
Juros confissão de dívida	887	1.223
Em 31 de dezembro	<u>105.202</u>	<u>116.893</u>

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Plano de benefícios Gásius	Benef. Esp. de aposent. (plano 90)	Prêmio aposentadoria	Assistência médica para aposentados
Em 31 de dezembro de 2013	323.232	6.205	2.239	104.175
Custo do serviço corrente	(1.649)	-	73	924
Juros sobre obrigações atuariais	35.520	659	198	11.574
Contribuições participantes	2.123	-	-	-
Reconhecimento de ganhos/perdas	(5.336)	184	(225)	(15.936)
Atuariais				
Benefícios pagos	(26.366)	(942)	-	(5.385)
Em 31 de dezembro de 2014	327.524	6.106	2.285	95.352
Custo do serviço corrente	(1.826)	-	73	878
Juros sobre obrigações atuariais	36.782	664	201	10.852
Contribuições participantes	499	-	-	-
Reconhecimento de ganhos/perdas	(25.261)	(783)	(565)	(2.709)
Atuariais				
Benefícios pagos	(26.784)	(784)	-	(7.491)
Em 31 de dezembro de 2015	<u>310.934</u>	<u>5.203</u>	<u>1.994</u>	<u>96.882</u>

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	Plano de benefícios Gásius	Assistência médica para aposentados
Em 31 de dezembro de 2013	356.053	-
Rendimento esperado	40.225	-
Ganhos (perdas) atuariais nos ativos do plano	(10.518)	-
Contribuições da patrocinadora	13.900	5.369
Contribuições dos participantes	2.123	-
Benefícios pagos	(26.366)	(5.369)
Em 31 de dezembro de 2014	375.417	-
Rendimento esperado	43.424	-
Ganhos (perdas) atuariais nos ativos do plano	(34.564)	-
Contribuições da patrocinadora	14.994	(7.491)
Contribuições dos participantes	499	-
Benefícios pagos	(26.783)	(7.491)
Em 31 de dezembro de 2015	<u>372.987</u>	<u>-</u>

A composição dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

Renda fixa	
Títulos públicos federais	207.359
Fundos de investimento de renda fixa	73.273
Títulos privados	7.764
	288.396
Títulos de renda variável	47.500
Investimento imobiliário	37.295
Outros ativos	4.756
	377.947

A conciliação dos valores reconhecidos no balanço é a seguinte:

	2015	2014
Plano de benefícios – Gasius		
Valor presente das obrigações atuariais	310.935	327.524
Valor justo dos ativos do plano	(372.987)	(375.417)
Superavit	(62.052)	(47.894)
Limite assunção de dívida (*)	62.052	47.894
Assunção de dívida Gasius	1.122	13.149
Passivo líquido	1.122	13.149

(*) Passivo atuarial não reconhecido pois o montante é inferior à dívida de plano de pensão ("assunção de dívida") presentemente reconhecida.

	2015	2014
Benefício especial de aposentadoria		
Valor presente das obrigações atuariais	5.203	6.106
Prêmio aposentadoria		
Valor presente das obrigações atuariais	1.994	2.285
Assistência médica a aposentados		
Valor presente das obrigações atuariais	96.882	95.352

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado e do resultado abrangente são:

	Plano de benefícios Gasius	Benef. Esp. de aposent. (plano 90)	Prêmio aposentadoria	Assistência médica para aposentados	Total
Custo do serviço corrente	-1.649	-	73	924	-652
Juros sobre obrigações atuariais	-36.480	659	196	11.574	-24.051
Rendimento esperado dos ativos do plano	35.520				35.520
	-2.609	659	269	12.498	10.817
Resultado abrangente	5.182	185	-225	-15.935	-10.793

A sensibilidade do passivo total dos planos de pensão em 31 de dezembro de 2015 às mudanças nas principais premissas ponderadas é:

	Percentual	
	Mudança na premissa	Impacto no passivo total
Taxa de desconto	Aumento/redução de 1%	Aumento/redução de 8,8%

As principais premissas atuarias utilizadas nos cálculos das provisões, em 31 de dezembro de 2015, são as seguintes:

Hipóteses econômicas	
Taxa de desconto	5,9% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	N/A.
Crescimentos salariais futuros	2,1%a.a.
Inflação	
	5,5.a.a.
Fator de capacidade	
Salários	98%
Benefícios	98%
Hipóteses demográficas	
Tábua de mortalidade	AT 83/AT2000
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas

23 Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	2015	2014
Trabalhistas	30.916	35.668
Cíveis	31.377	32.711
Tributárias	13.515	9.814
	75.808	78.193

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	78.193
Adições	10.381
Baixas/reversões	(20.501)
Atualizações monetárias	7.736
Saldo em 31 de dezembro de 2015	75.808

(a) Contingências tributárias

As provisões para contingências tributárias referem-se, substancialmente, a CIDE.

De acordo com a posição de nossos consultores jurídicos, apesar de existirem decisões favoráveis aos contribuintes sobre a incidência da CIDE, a maioria das decisões dos Tribunais de 2ª instância tem sido desfavoráveis, desta forma julgaram como provável a expectativa de perda deste processo. Assim sendo, a Companhia contabilizou a provisão para perda do referido processo, cujo valor em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 11.056 (R\$ 9.814 em 31 de dezembro de 2014) e está suportado por depósitos judiciais (Nota 13 (c)). Existem ainda R\$ 2.459 (R\$ 2.615 em dezembro de 2014) referentes a honorários de êxito provenientes, principalmente, do processo Finsocial.

A composição da provisão para contingências tributárias, por esfera de governo, é a seguinte:

	2015	2014
Esfera		
Federal	13.515	9.814
	13.515	9.814

(i) Contingências tributárias com êxitos possíveis

Há, na Companhia, outros processos de natureza Federal, Estadual e Municipal que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos em todas as instâncias. O valor dessas contingências corresponde a R\$ 210.744 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 179.153 em 31 de dezembro de 2014).

Desse montante podemos destacar os seguintes processos:

- Em julho de 2005, a Companhia iniciou processo judicial, referente a exigência de pagamento de INSS em razão de diferenças resultantes de retenções supostamente efetuadas a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 14.148 (R\$ 14.320 em 31 de dezembro de 2014).
- Em outubro de 2008, a Companhia iniciou processo administrativo referente à exigência, por parte da Receita Federal, de supostas diferenças de PIS e COFINS relativas aos meses de maio a julho de 2004, junho e julho de 2005, devido a não ter sido comprovada a origem dos créditos de ativo imobilizado deste período, e a não observação da limitação imposta pelo art. 31, da Lei nº 10.865/04. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 7.768 (R\$ 7.478 em 31 de dezembro de 2014).
- Em janeiro de 2010, a Companhia iniciou processo administrativo referente a não homologação, por parte da Receita Federal, das compensações de créditos oriundos do recolhimento a maior de CSLL relativo ao exercício de 2005. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 11.288 (R\$ 10.706 em 31 de dezembro de 2014).
- Em dezembro de 2012, a Companhia recebeu Nota de Lançamento, expedida pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, pela não aplicação do Decreto nº. 41.057/07 que aumentou a margem de valor agregado do gás natural veicular – GNV de 13% para 200%, e da Lei nº. 5.171/07, que fixou o teto máximo a ser atribuído à margem de valor agregado em 60%, nos quais, na qualidade de substituta tributária do ICMS, deveria praticar estas bases em suas operações. A Companhia apresentou defesa, na qual declara que as novas bases não foram praticadas por força de determinação do Juízo da 11ª Vara de Fazenda Pública do Rio de Janeiro, que concedeu liminar a alguns clientes da Companhia, suspendendo a aplicabilidade das citadas normas. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda, razão pela qual não foi constituída provisão, o montante em questão em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 124.285 (R\$ 119.059 em 31 de dezembro de 2014).

Os valores dos demais processos classificados com chances de perda possível por nossos consultores jurídicos, não apresentam individualmente relevância, mas destacamos que os mesmos tratam de contestações, por parte da Companhia, quanto à dedutibilidade de despesas, incidência ou não de impostos, glosa de créditos, entre outros.

Adicionalmente aos processos de perda possível, há o seguinte processo, cuja perda estimada foi classificada como remota e que deve ser destacado em decorrência de sua relevância:

- Em setembro de 2005, a Companhia tomou ciência da decisão emitida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária do Rio de Janeiro (DERAT), que tornou sem efeito o reconhecimento do direito creditório das contribuições do Pis e da Cofins pagas em duplicidade em anos anteriores no valor nominal de R\$ 83.549. Os advogados da Companhia apresentaram manifesto de inconformidade requerendo a anulação da decisão proferida. Em 28 de março de 2007, a Companhia perdeu a causa na instância administrativa e recorreu à esfera judicial, seguindo o trâmite legal. O montante envolvido, atualizado em 31 de dezembro de 2015, é de R\$ 405.476 (R\$ 386.314 em 31 de dezembro de 2014) e não foi constituída provisão tendo em vista as expectativas de perda remota.

(ii) Programa de Recuperação Fiscal – Refis

Em 1994, após a decisão do Superior Tribunal Federal (STF) que julgou inconstitucional os aumentos da alíquota do Finsocial majoradas no período de setembro de 1989 a março de 1992, a Companhia entrou com uma ação judicial visando obter o reembolso dos valores que pagou a maior tendo em conta as alíquotas inconstitucionalmente majoradas. Em 2000, antes de ser proferida uma decisão final nos autos da ação judicial, a Companhia também iniciou, perante a Secretaria da Receita Federal, o procedimento administrativo de compensação dos valores indevidamente recolhidos, com valores vincendos e não pagos de IRPJ, CSLL, Pis e Cofins.

Em 2006, foi proferida a sentença favorável à Companhia no processo judicial reconhecendo seu direito ao reembolso de parte dos valores indevidamente recolhidos a título de contribuição ao Finsocial.

Considerando a decisão judicial, a Secretaria de Receita Federal indeferiu à Ceg a compensação efetuada, alegando que para possibilitar eventual compensação, a Ceg deveria ter desistido previamente da ação judicial. Desta forma, na via administrativa, perante a Secretaria da Receita Federal, a Companhia passa a dever os impostos compensados no montante de R\$ 24.126, e faz jus ao recebimento do reembolso judicialmente reconhecido no montante de R\$ 14.613 (transitado em julgado), ambos os valores atualizados até 31 de dezembro de 2009. Como consequência, a Companhia procedeu o reconhecimento desses valores em 31 de dezembro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009.

Em 2009, a Companhia aderiu ao Refis, e incluiu o passivo relativo aos impostos mencionados no parágrafo anterior, os quais foram objeto de parcelamento. O passivo corrigido relativo aos impostos indevidamente compensados e incluídos ao Refis, no montante de R\$ 8.410 em 31 de dezembro de 2011, e que encontrava-se registrado em “Tributos a Recolher” na rubrica “Programa de Recuperação Fiscal – Refis” (Nota 20) foi integralmente quitado no exercício 2012, e o respectivo ativo, no montante de R\$ 13.800 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 13.800 em 31 de dezembro de 2014).

(b) Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-empregados da Companhia e a ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade solidária. A quantidade destas ações é demonstrada da seguinte forma:

	2015	2014
Quantidade de ações movidas por:		
Ex-empregados Ceg	55	72
Ex-empregados terceiros	767	881
Outros (Ministério Público, INSS)	43	43
	865	996

A tabela a seguir apresenta a composição da provisão dos processos trabalhistas:

	2015	2014
Ex-empregados Ceg	6.889	6.237
Ex-empregados terceiros	24.026	29.431
	30.915	35.668

As reclamações trabalhistas classificadas como de êxito possível por parte da Companhia, totalizam em 31 de dezembro de 2015 R\$ 58.603 (R\$ 55.850 em 31 de dezembro de 2014).

A Companhia, visando à redução das contingências trabalhistas atuais e futuras, tem adotado os seguintes planos de ação:

(a) Melhoria do processo de contratação e gestão das atividades das empresas contratadas.

(b) Análise dos processos mais antigos e relevantes de ex-empregados da Ceg e ex-empregados de empresas terceirizadas para propor acordos, visando a redução da contingência laboral e custos com os advogados.

(c) Contratação de empresa para realização de auditorias nas empresas terceirizadas e acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

(d) Realização de reuniões com as empresas terceirizadas que ainda prestam serviço para a Ceg e possuem processos trabalhistas, para propor um trabalho conjunto de redução de contingências laborais.

(e) Retenção das cauções das empresas terceirizadas para redução das provisões.

(c) Contingências cíveis

As contingências cíveis provisionadas, referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, dentre as quais, pela relevância dos montantes envolvidos, podemos destacar:

. Em junho de 2010, uma sentença de primeira instância proferida na ação de indenização por acidente em residência, por inalação de gás carbônico, condenou a Ceg ao pagamento de indenização no valor de R\$ 9.231, que inclui o tratamento necessário pelo prazo da expectativa de vida do autor, conforme critérios apurados em perícia judicial. A Companhia interpôs recurso contra a sentença proferida em primeira instância e aguarda julgamento da apelação. Foi dado parcial provimento a apelação apresentada pela Ceg, decidindo por excluir a indenização por lucros cessantes; reconhecer a culpa concorrente do autor; condenar a Ceg ao pagamento de pensão mensal; condenar a Ceg a constituir capital com o intuito de assegurar o cumprimento da obrigação imposta; condenar a Ceg a arcar com gastos médicos para reabilitação. O voto da Desembargadora Revisora foi no sentido de dar provimento integral ao recurso da Ceg e, com base neste, iremos recorrer.

. Em janeiro de 2012, iniciou-se a execução de ação indenizatória em decorrência de acidente de trânsito ocorrido em 1989 (antes da privatização) envolvendo funcionário em condução de veículo da então estatal. Não havendo mais possibilidade de recursos, o valor da indenização é de R\$ 2.041. Não houve alteração.

Existem ainda, na Companhia, outras ações cíveis classificadas com chance de perda possível no montante de R\$ 20.105 que não apresentam individualmente relevância, tratando-se basicamente de ações relativas a reclamações de consumidores.

24 Informações por segmento

A administração analisa o desempenho da Companhia considerando as características do seu mercado consumidor e, dessa forma, subdivide o resultado de suas operações nos seguintes segmentos: mercado residencial (861.587 clientes pessoas físicas que possuem em seus domicílios equipamentos a gás natural como aquecedores e fogões), comercial (11.240 pequenos

e médios estabelecimentos comerciais como restaurantes, bares, shoppinceneters e hotéis), industrial (306 indústrias de diversos setores como químico, fundição e siderurgia, vidros, bebidas entre outros), termoeletrico (três Usinas de Geração de Energia movidas a gás natural) e automotivo (postos de combustível de gás natural veicular GNV), todos localizados na área de concessão da Companhia, que compreende a região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Vale destacar que em nenhum de seus segmentos a Companhia possui um determinado cliente que represente 10% (dez por cento) de sua receita total, não havendo dependência com relação a um único cliente.

A composição da margem por segmento pode ser assim demonstrada nos períodos de 2015 e 2014:

Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção	Outras receitas	Total
Volumes m³ mil (Não auditado)	98.195	80.942	494.346	2.100.207	697.827	-	-	3.471.517
Receita bruta	591.027	228.711	720.602	1.454.860	951.652	209.258	114.650	4.270.760
Deduções	(124.466)	(48.809)	(141.691)	(8.038)	(205.973)	-	(13.692)	(542.669)
Receita líquida	466.561	179.902	578.911	1.446.822	745.679	209.258	100.958	3.728.091
Custo	(74.031)	(68.302)	(443.711)	(1.370.883)	(632.305)	(209.258)	(2.417)	(2.800.907)
Resultado bruto	392.530	111.600	135.200	75.939	113.374	-	98.541	927.184
Despesas/Receitas operacionais								(510.984)
Resultado antes da tributação								416.200
Provisão para IR e contribuição social								(131.808)
Lucro/Prejuízo do período								284.392

Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção	Outras receitas	Total
Volumes m³ mil (Não revisado)	111.158	88.952	554.781	2.435.773	774.823	-	-	3.965.487
Receita bruta	579.734	214.693	695.617	1.396.107	890.460	165.418	102.309	4.044.338
Deduções	(122.531)	(45.865)	(141.188)	(6.981)	(192.729)	-	(10.940)	(520.234)
Receita líquida	457.203	168.828	554.429	1.389.126	697.731	165.418	91.369	3.524.104
Custo	(63.269)	(57.259)	(418.940)	(1.311.800)	(583.367)	(165.418)	(1.896)	(2.601.949)
Resultado bruto	393.934	111.569	135.489	77.326	114.364	-	89.473	922.155
Despesas/Receitas operacionais								(449.810)
Resultado antes da tributação								472.344
Provisão para IR e contribuição Social								(151.416)
Lucro/Prejuízo do período								320.928

As variações sobre a receita de um ano para o outro são impactadas pelas alterações de volume e pela aplicação do IGP-M de um ano com relação ao outro. De acordo com o contrato de concessão a Companhia tem direito a aplicar o IGP-M de dezembro de 2013 a novembro de 2014 a corrigir as faturas a partir de janeiro do ano seguinte, neste caso 2015.

Como comentário adicional, especificamente mercado termoeletrico, os contratos existentes com as referidas termelétricas incentivam o maior despacho termelétrica, pois na medida em que se aumenta os volumes despachados a tarifa unitária é menor e consequentemente o inverso é verdadeiro.

(*) As outras receitas têm a seguinte composição:

	2015	2014
Receitas de serviços	107.374	96.448
Receitas de serviços taxados	5.647	5.344
Receita de alugueis	865	516
	113.886	102.308

A administração não efetua a gestão dos ativos e passivos da Companhia por segmento, motivo pelo qual não é apresentada a composição dessas informações.

25 Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

Demonstração da Receita Líquida	2015	2014
Venda de gás	3.946.087	3.776.610
Contratos de construção	209.258	165.418
Outras receitas	114.650	102.309
Total receita bruta	4.269.995	4.044.337
(-) Deduções da receita Bruta	(541.903)	(520.233)
Receita líquida	3.728.091	3.524.104

26 Custo

	2015	2014
Compra de gás e de serviços	2.572.045	2.418.579
Custo dos contratos de construção	209.258	165.418
Custo de pessoal	19.604	17.952
	2.800.907	2.601.949

27 Compromissos e contingências

27.1 Fornecedor de gás

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras para uso convencional (“CONTRATO”), assinado em 18 de julho de 2008.

Em 31 de março de 2015 foi celebrado o termo aditivo nº 10 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, para uso convencional, no qual foi acordado a possibilidade de descontração parcial das quantidades diárias contratuais – QDCs a partir de 1º de junho de 2015.

Por esse contrato, a Ceg se compromete, a cada ano de sua vigência, a retirar da Petrobras e, mesmo que não retire, a pagar uma quantidade de gás que, na média diária do correspondente ano, seja igual ou superior a 80% da QDC – compromisso *Take or Pay(ToP)* para o ano de 2015 a 2019.

Ao final do 4º trimestre de 2015, com os dados reais apurados até o encerramento do ano vigente, não houve pagamento de ToP no final do ano.

27.2 Compromisso com Poder Concedente

Em 2004 e 2005, o Estado do Rio de Janeiro e a Ceg assinaram Termos Aditivos ao Contrato de Concessão nos quais a Ceg assumiu o compromisso de expandir o fornecimento de gás canalizado com novas redes de distribuição de gás através da construção de gasodutos e ramais de distribuição para atender aos municípios de Guapimirim, Mangaratiba e Maricá.

A partir de 2009, com a aprovação do Plano de Investimentos apresentado pela Companhia no curso da Segunda Revisão Quinquenal de Tarifas (para o quinquênio 2008-2012), o Poder Concedente autorizou o atendimento provisório dos municípios através de GNC (Gás Natural Comprimido), já sendo atendido o Município de Maricá por meio deste sistema. A referida autorização, no entanto, não extinguiu o compromisso regulatório de construir gasodutos e ramais de distribuição em tais municípios. Desta forma, na Terceira Revisão Quinquenal de Tarifas foi previsto no plano de investimentos (para o quinquênio 2013-2017) a construção dos gasodutos, a serem finalizados ao final do ano de 2017.

No final de 2014, a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro assinaram novo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que revogou os compromissos regulatórios assumidos nos Aditivos firmados em 2004 e 2005 e concedeu o direito à Ceg de distribuir gás natural por meio do sistema GNC a todos os municípios de sua área de concessão, inclusive para os mencionados municípios.

O plano de investimentos da Companhia aprovado na 3ª Revisão Tarifária, para o quinquênio 2013-2017, prevê um montante de investimento correspondente a R\$ 977.222 mil (moeda dez/11, data da apresentação da proposta para a Revisão Tarifária ao Regulador conforme contrato de concessão), já ajustado pela assinatura do 3º Termo Aditivo, tendo sido realizado até dez/15 62% deste valor, sendo que a concessionária pretende cumprir a meta estabelecida até o fim do ciclo tarifário.

27.3 Revisão tarifária

Em 2013, foi concluído o Processo Regulatório sobre a 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas da Concessionária, aprovado pelo Conselho Diretor da Agenersa, por meio da Deliberação Agenersa nº 1.796. Assim, a Agenersa definiu uma taxa de remuneração (CAPM) de 9,757%, aprovou todo o plano de investimentos proposto para o quinquênio 2013-2017, efetuou pequenos ajustes em contas de custos operacionais, aprovou o redesenho da estrutura tarifária proposto pela Ceg e estabeleceu uma compensação por conta da subexecução de investimentos do quinquênio passado. Como resultado para o quinquênio, as margens da Concessionária sofrem uma redução de 1,99%.

Além disso, em razão da demora de dez meses para a homologação do resultado da Revisão Tarifária, enquanto aguardava o resultado definitivo do Processo Regulatório, a Companhia manteve o valor das tarifas até então vigentes, resultando numa diferença a maior na arrecadação naquele período. Por isso a Agenersa determinou um fator de retroatividade que também será aplicado às margens durante o quinquênio vigente, o que representa uma redução adicional de 2,85%.

No entanto, a Deliberação Agenersa 1.796 e seus efeitos foram suspensos por uma decisão liminar proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro até 18 de dezembro de 2013, quando foi negado o seguimento de tal decisão. Dessa forma, em função da revogação da liminar, a Agenersa homologou nova Deliberação de nº 1.881, que aprovou a estrutura tarifária recalculada pela Concessionária, por conta do atraso ocasionado pela referida liminar, definindo a aplicação do resultado da RTI a partir de 1º de janeiro de 2014, com os devidos ajustes de custo de gás, IGP-M e retroatividade.

27.4 Recebimento antecipado UTE Baixada Fluminense

A Ceg e a Petrobras, após celebrado o Contrato de Prestação de Serviço de Distribuição de Gás Natural, para atendimento à UTE Baixada Fluminense, em 15 de abril de 2011, resolveram, em comum acordo, firmar o Contrato de Antecipação de Pagamento para Disponibilização Futura de Capacidade e Distribuição, celebrado em 30 de junho de 2011, que tem como objetivo principal garantir a rentabilidade mínima do projeto, considerando o alto valor previsto para o investimento.

No Contrato de Antecipação de Pagamento citado, foi definido que a Contratante (Petrobras) pagaria à Ceg, a título de pagamento antecipado pelo fornecimento futuro do Serviço de

Distribuição de Gás, o valor de R\$ 46.668, em 07 (sete) parcelas sendo a última vencível em 5 de novembro de 2013.

Adicionalmente, o Contrato de Antecipação de Pagamento, prevê a instituição do Saldo do Pagamento Antecipado (SPA), que se caracteriza como um crédito de Capacidade e Distribuição futura de gás natural para a Petrobras, que será utilizado pela mesma para quitar total ou parcialmente o valor de um ou mais Documentos de Cobrança referentes ao Contrato de Distribuição emitidos pela Ceg contra a Petrobras, até que o valor de SPA seja igual a zero.

As obras referentes à implantação do referido projeto foram concluídas em dezembro de 2013 e o início da utilização do crédito foi dado a partir do faturamento de janeiro de 2014, com o início efetivo do fornecimento de gás natural à usina. Os créditos foram utilizados e finalizados em agosto de 2015.

Por estar classificado como demais contas a pagar, houve variação significativa neste grupo de contas em 2015 frente a 2014 uma vez que todos os créditos (19.819 em 2014) foram utilizados no ano de 2015.

28 Despesas Gerais e administrativas

	2015	2014
Despesa de pessoal	82.455	74.636
Entidade de previdência privada	2.829	4.860
Utilidades, materiais e serviços	24.398	20.401
Amortização do intangível	113.437	103.496
Serviços e outros gastos	170.170	161.090
	<u>393.289</u>	<u>364.483</u>

29 Outras receitas (despesas) líquidas

	2015	2014
Ganho na venda de equipamentos	135	19
Impostos e taxas (a)	(1.145)	(7.724)
Ganhos (perda) na alienação de intangível	(57)	68
Indenização a terceiros	(11.508)	(12.876)
Despesa com impostos	(2.567)	(3.670)
Outras receitas e despesas operacionais	(1.134)	(1.983)
	<u>(16.276)</u>	<u>(26.166)</u>

(a) Em maio de 2014 ocorreu o último pagamento da taxa de uso de subsolo a Prefeitura do Rio de Janeiro devido a decisão favorável a Companhia proferida pelo STJD pela ilegalidade de sua cobrança. Devido a isto, ocorreu uma variação significativa entre os anos de 2015 e 2014.

30 Resultado financeiro

	2015	2014
Receitas financeiras		
Rendas sobre aplicações financeiras	2.731	1.228
Atualizações monetárias e cambiais ativas	9.460	11.822
Receita de juros e encargos	10.690	9.432
Outras receitas financeiras	3.215	4.448
	<u>26.096</u>	<u>26.930</u>
	2015	2014
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente do passivo de concessão (a)	(10.934)	(296)
Encargos de empréstimo (Juros)	(79.694)	(45.294)
IOF	(4.029)	(1.612)
Atualizações monetárias e cambiais passivas	(11.917)	(14.697)
Fiança bancária	(18.796)	(20.594)
Outras despesas financeiras	(2.146)	(3.599)
	<u>(127.516)</u>	<u>(86.092)</u>
	<u>(101.421)</u>	<u>(59.162)</u>

(a) Em 2015 houve o reconhecimento de despesa financeira relacionada ao AVP do aditivo ao contrato de concessão. Devido a isto, ocorreu variação significativa entre os anos de 2015 e 2014.

31 Seguros (não auditado)

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Em reais
	Importâncias seguradas (não auditado)
Ramos	
Risco operacional (*)	490.500
Responsabilidade civil geral (*)	250.190
Responsabilidade civil – administradores – Diretores e dirigentes	4.000

(*) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas Ceg e Ceg Rio.

Parecer do Conselho Fiscal



David Lista Ranha.
**16 pedestais para
25 monumentos.**
1997.
111 x 126 x 126 cm (16 uds.).
Ferro, chumbo, lâmpadas
e cola.
Museu de Arte
Contemporânea (MAC)
da Gas Natural Fenosa.

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – Ceg, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, a proposta de Destinação do Resultado e a proposta de aumento do capital social pela incorporação de reservas de lucros.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia no decorrer do exercício e, considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes, emitido sem ressalvas, com data de 21/03/2016, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos e propostas encontram-se em condições de serem aprovados pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro (RJ), 21 de março de 2016.

Felipe Kfuri Moreira da Silva

Renato Achutti

Manoel Eduardo Lima Lopes

